

2

Contexto

“Manaus, as muitas cidades”

Uma cidade tão singular
que se realiza apenas
no plural: Manaus-Manaus.
Aldísio Filgueiras

O que se diz sobre a cidade de Manaus? Como se constroem e se modificam os espaços públicos da cidade? A partir de quando e sob quais aspectos? E dentro destes espaços, o que constitui patrimônio e qual o sentido deste patrimônio em Manaus? Estas são questões presentes na reflexão deste capítulo, que abordará aspectos poéticos, geográficos, políticos e econômicos da cidade, no entanto, sua concentração dar-se-á na abordagem sobre os aspectos culturais. Adota-se para isso uma descrição crítico-reflexiva sobre a história da cidade de Manaus a partir da voz dos seus moradores-pesquisadores-escritores-artistas. Pretende-se apresentar ao leitor as particularidades de certos momentos marcantes da história de Manaus, que vão construindo os espaços públicos e os discursos sobre o patrimônio. Tais particularidades da cidade vão identificando a forma e o uso dos espaços e desconstruindo ideias de uma paisagem homogeneizante. Nessa desconstrução encontra-se **Manaus, a cidade plural**, como afirmou Aldísio Filgueiras em seus poemas publicados em 1994. Esta é a ideia geral para este capítulo: apresentar as muitas cidades que habitam Manaus, pois como defende o geógrafo José Aldemir de Oliveira (2011, p. 11), “toda cidade tem sua voz, ou melhor, tem inúmeras vozes numa aparente confusão de timbres e barulhos que resultam numa sinfonia urbana a nos contar causos e coisas sobre lugares, nos transportando para acontecimentos humanos”. Essa “confusão de timbres” ajudará a contar a história dessa cidade plural: Manaus.

Para começar, com que olhar chega à cidade de Manaus quem vem de fora? Quem está fora como pode chegar à cidade de Manaus? Na maior parte das vezes, chega pelo imaginário sobre a cidade, que é construído a partir das imagens da

mídia, dos filmes, matérias jornalísticas e da literatura, desde os viajantes que começaram a escrever sobre a **cidade no meio da selva**, cuja monumentalidade da natureza se sobrepõe às construções urbanas e ao próprio homem, seu construtor. Essa cidade imaginária difere da cidade real, como ressalta o escritor Milton Hatoum (2008), para quem a cidade só existe na dimensão do vivido. E esse vivido, está intrinsecamente ligado à geografia banhada pelo rio:

Do ponto de vista geográfico e topográfico, trata-se realmente de um sítio privilegiado. Situada à margem esquerda do Rio Negro, Manaus é uma **cidade fluvial** de confluência, a vinte quilômetros do rio Solimões, e assentada sobre a área ribeirinha de um sistema de colinas. (NUNES/HATOUM, 2006, p. 50)

Essa ligação com a natureza, com o imaginário que se tem sobre a Amazônia e seu cenário ecológico, na maioria das vezes é uma ligação conflituosa para o habitante da cidade. Em Hatoum (2008:73), pode-se ler: “... o morador de Manaus sem vínculo com o rio e com a floresta é um hóspede de uma prisão singular: aberta, mas unicamente para ela mesma”. Como se Manaus vivesse duas realidades, tal qual o próprio encontro das águas dos rios Negro e Solimões, que caminham paralelamente, compondo um conjunto, mas que não se misturam. De um lado, o rio, a floresta e a vida cabocla; do outro, a cidade com suas construções ecléticas, datadas de um período em que a cidade foi chamada de **Paris dos Trópicos**. Estas duas espacialidades se confrontam, se opõem e se complementam, no entanto este texto se propõe a tratar da espacialidade construída da e na cidade de Manaus.

Geograficamente, é possível aportar em Manaus pelas águas ou pelo céu, pois não há estradas ligando a cidade a outras cidades de outras regiões do país, apenas a BR-319 que liga Manaus à Boa Vista-RR¹ que, infelizmente, se mantém intrafegável durante o período de chuva e aguardando os reparos durante o verão. Uma viagem de avião do Rio de Janeiro-RJ para Manaus, por exemplo, dura em média 3h40min; de Brasília, 2h50min; de Belém no Pará, Estado vizinho e

¹ A BR-319 foi inaugurada em 1973 e consistia na única via de ligação do Amazonas com outros Estados. A precariedade da rodovia causa constantes interdições. O funcionamento adequado poderia baratear o frete de produtos para Manaus, que encarece devido à falta de vias de acesso. Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2013/01/manutencao-de-trecho-da-br-319-deve-iniciar-no-2-semester-diz-dnit-am.html>.

distante, 1h40min². Um pouco antes do pouso, é possível, olhando pela janela, um momento de encanto com o imenso rio que abraça a cidade e a floresta ao redor. A primeira grande surpresa para quem chega a Manaus pela primeira vez, não é tanto a floresta, mas o rio que tem uma dimensão monumental. É o primeiro impacto visual da cidade entre o rio e a floresta.

Para a maioria das cidades do interior do Estado do Amazonas, só é possível o acesso por via fluvial, o que pode levar dias de viagens (para algumas viagens é preciso fazer combinação de trajeto por estrada e barco ou avião e barco). Por isso, Leandro Tocantins (2001), estudioso da cultura amazônica, escreveu um livro intitulado *O rio comanda a vida*, porque é esta a realidade do caboclo amazônico: “*Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização - comandam a vida no anfiteatro amazônico*” (2001, p. 278). Para chegar a Manaus a partir de Belém, levam-se em média quatro dias e meio, em navio turístico, e sair de Manaus até Belém, três dias e meio³. No Amazonas é assim, as estradas são os rios.

A cidade de Manaus possui uma área de aproximadamente 11.458,5 km², o clima é quente e úmido. Seus limites são: ao norte, Presidente Figueiredo; ao sul, Iranduba e Careiro da Várzea; a leste, Rio Preto da Eva e Itacoatiara; e a oeste, Novo Airão. Manaus localiza-se à margem esquerda do rio Negro, próximo ao encontro das águas dos rios Negro e Solimões, no centro da planície amazônica e a leste do Estado do Amazonas (PONTES FILHO, 2011, p. 145). Sobre o clima da cidade, o inverno é no período de dezembro a maio e o verão, de junho a novembro, mas na verdade, está dividido em duas estações popularmente conhecidas como ‘verão com chuva’ e ‘verão sem chuva’. As temperaturas são altíssimas, principalmente entre agosto e setembro, com média de 37°. A cidade não entra no calendário das quatro estações como em outras regiões do país. Esse efeito só é visto nas vitrines de lojas que anunciam as coleções primavera/verão e outono/inverno, com itens que não servem para o uso em Manaus, também chamada **capital do mormaço**. Costuma-se ouvir também anedotas quanto às quatro estações de Manaus, que seriam: verão, calor, quentura e mormaço.

² Fonte: <http://fsbrasil.files.wordpress.com/2008/11/brazil-flight-time1.jpg>. Este site apresenta um mapa sobre o tempo estimado de viagens entre as capitais brasileiras.

³ Fonte: <http://www.paratur.com.br/portal/navios-na-linha-amazonica/>

Politicamente falando, Manaus é a capital do Amazonas desde 1848, quando passou de vila à cidade. A população de Manaus que pode ser chamada de manauaras ou manauenses soma, de acordo com o censo do IBGE de 2010⁴, mais de um milhão e oitocentos mil habitantes; saindo de 9º para o 6º lugar entre as 10 cidades mais populosas do Brasil (no período de 2000-2010). Significa dizer que 50% da população do Estado está concentrada na cidade e que 95% da arrecadação também fica para a capital (FILHO, 2011, p. 144). O Prefeito eleito nas eleições de 2012 foi Arthur Virgílio Neto (PSDB) que derrotou a candidata Vanessa Graziotim (PCdoB), que na época foi apoiada pelo Governador Omar Aziz (PSD) e pela presidente Dilma Rouseff.

Manaus é uma cidade mestiça desde os primeiros encontros com os colonizadores. Durante os ciclos econômicos, a cidade foi recebendo pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo. Com a construção do forte, em 1669, vieram os portugueses. Durante o auge do período da borracha (1890-1910), vieram muitos ingleses, franceses, italianos, mas também comerciantes árabes, além dos nordestinos que se destinavam às estradas de borracha, no interior do Estado. Durante o período da queda da economia da borracha, esses nordestinos e outros amazonenses do interior vieram para Manaus, o que ajudou a fundar a **cidade-flutuante**, aglomerado de construções ao redor da área portuária da cidade. Com a Zona Franca nos anos 1970, esse êxodo se intensificou. Na fase turística dos anos 2000, Manaus voltou a crescer em empreendimentos imobiliários o que têm atraído brasileiros de outras regiões do país. O desastre acontecido no Haiti fez com que centenas de haitianos também procurassem a capital amazonense e outras cidades do Amazonas e do norte do Brasil. Assim, Manaus tem muitas faces e muitas cores.

Na área de eventos culturais, a Secretaria de Cultura do Estado – SEC realiza atividades durante todo o ano, na cidade. O secretário de cultura é Robério Braga, que está gestor da pasta desde que esta foi criada, em 1997. Os eventos culturais começam com o Carnaval (fevereiro/março), que traz, além do desfile das escolas de samba, o ‘tradicional’ desfile de fantasias, um concurso para relembrar os carnavais antigos; em março, o Festival Amazonas de Rock; em abril e maio, é a vez do Festival Amazonas de Ópera; em junho, Festival Folclórico do

⁴ Fonte:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766.

Amazonas; em julho, Festival Amazonas Jazz; em agosto, Festival Amazonas de Dança; em setembro, Festival Amazonas de Música; em outubro, Festival de Teatro da Amazônia; em novembro, o Amazonas Film Festival; e em dezembro, para fechar a programação cultural da SEC, o Concerto de Natal, que reúne todos os grupos artísticos (música, dança, teatro) mantidos pela Secretaria. O objetivo maior é fazer com que Manaus entre na rota nacional e internacional dos grandes eventos.⁵ Todos esses festivais acontecem no Teatro Amazonas (com exceção do desfile das escolas de samba e do Festival Folclórico), ou ao menos têm suas aberturas e encerramentos realizadas no Teatro e Largo de São Sebastião (entorno do Teatro). Outros são apresentados em pequenos teatros localizados na área do Centro Histórico e alguns poucos chegam a outros espaços da cidade, mantidos pela Secretaria de Cultura. Mesmo recebendo o nome do Estado, os eventos concentram-se na capital e têm ocupado os espaços públicos do Centro Histórico, especialmente os espaços revitalizados pela própria Secretaria de Cultura. A programação é criada visando à ocupação dos espaços, bem como à educação para o uso destes.

A Prefeitura não realiza tantos eventos quanto a SEC, no entanto a característica maior dos eventos da Prefeitura é a realização destes em espaços que concentram multidões. Durante o carnaval, tem o Carina Boi; em outubro, a festa oficial de aniversário da cidade é o Boi Manaus; em novembro, a Virada Cultural; em dezembro, o Réveillon da Cidade. O Carina Boi e o Boi Manaus acontecem no Sambódromo (zona centro-oeste); a Virada Cultural, no último ano de 2012, foi distribuída em áreas estratégicas da cidade, com espaços possíveis de concentrar muitas pessoas; e o Reveillon, acontece na praia da Ponta Negra. Desde o final dos anos 1990, a Praia da Ponta Negra (zona oeste) é palco para grandes eventos realizados pela Prefeitura. A área de eventos da Prefeitura fica a cargo da Agência de Promoção Cultural e Turismo, instituição que somou as responsabilidades da Manaus Cult e Manaus Tur, a partir da administração de Arthur Neto, em 2013.

Sobre os espaços públicos da cidade, de acordo com uma lista divulgada pelo site da Secretaria de Limpeza e Serviços Públicos – Semulsp existem 190 praças cadastradas pela Prefeitura em Manaus, sendo que 18 delas estão no Centro

⁵ Fonte: Jornal do Comércio, de 24 e 25 de outubro de 2012, Edição Especial Comemorativa Manaus 343 Anos.

da cidade. Dessas, 14 estão localizadas na área do Centro Histórico, parte delas é administrada pela Prefeitura e outra parte pela Secretaria de Cultura do Estado.

Os investimentos em razão da preparação da cidade para os jogos da Copa do Mundo de 2014 também têm impulsionado grandes modificações na cidade e conflitos de interesse. O antigo Estádio Vivaldo Lima foi demolido no dia 5 de abril de 2010, para em seu lugar ser construída a Arena da Amazônia, um dos projetos para a Copa. O tombamento do Centro Histórico, como um desdobramento dessas ações preparatórias para a Copa, por exemplo, tem causado impasses entre as administrações municipais, estaduais e federais. As políticas do Estado, no entanto, parecem caminhar independentes das intervenções municipais e federais, especialmente no que diz respeito ao Centro Histórico, que segue com uma agenda de projetos de revitalização dos espaços públicos, tomando como modelo o Largo de São Sebastião, inaugurado em 2004.

Encontra-se aí o foco desta pesquisa: os discursos do patrimônio que constroem em Manaus muitas cidades e que construíram o Largo de São Sebastião como um modelo ou núcleo cultural. Apresenta-se aqui um percurso da cidade real e complexa, dita em partes nos seus conflitos patrimoniais e econômicos, para a cidade idealizada ou imaginada, tomada como um todo pela sua subjetividade e vice-versa, também presente nos discursos. Filgueiras (1994) parte de uma Manaus e encontra muitas, porque a cidade é plural. É justamente essa a busca inicial nesse percurso, a partir dos discursos do patrimônio, compreender a cidade a partir da sua visualidade espacial, buscar nesses discursos o sentido ou as intenções na construção dos espaços do Centro Histórico de Manaus, entendendo que este espaço é constituído de materialidade e subjetividade.

2.1

“Nada em ti é antigo”: a construção do espaço em Manaus

Para entender melhor sobre a construção e valorização dos espaços públicos em Manaus, especificamente do Centro Histórico, é preciso um estudo das políticas locais, pois, como afirma o geógrafo amazonense José Aldemir de Oliveira (2003), a produção do espaço em Manaus se dá através das políticas públicas do Estado. Essas políticas trataram de “produzir um espaço urbano

homogêneo. Essa homogeneidade é aparente visto que a cidade é fragmentada, podendo ser identificadas várias cidades dentro da cidade de Manaus.” (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

Visando a traçar este panorama histórico-cultural, adotou-se uma cronologia reversa, do presente ao passado, entendendo que os discursos encontram-se interligados a outros discursos e buscar um discurso fundante para iniciar a trajetória consistia tarefa desnecessária para este momento. Por isso, optou-se pela cronologia reversa que deixa claro a continuidade destes discursos tanto para o passado quanto para o futuro, sem prejuízo do tempo tomado como objeto de análise. Nesta opção, foram mantidos, contudo, os períodos históricos já traçados e legitimados pela historiografia local (principalmente os autores utilizados neste capítulo), como o período da *Belle Époque* (1890-1910) e o período da cidade em crise (1920-1967). A partir destes marcos (o período da borracha e o período da cidade em crise) foram delimitados outros dois: Zona Franca (1970-1990) e o período da revitalização (2012-1997). Quanto à Zona Franca, ainda que seus efeitos não tenham passado por completo a crise vivenciada nos anos 1990 (PONTES FILHO, 2011, p. 230) contribuiu para o início de outra fase, no que diz respeito à construção do espaço público, a fase dos projetos culturais e dos projetos de revitalização, dos anos de 1990 até os dias atuais.

Para compor este quadro serão trazidas as vozes de pesquisadores como Otoni Mesquita, da área de história da arte, cujas pesquisas de mestrado e doutorado que resultaram em publicação, tratam do estudo da cidade a partir de sua arquitetura; José Aldemir de Oliveira, geógrafo, cujas pesquisas e publicações tratam do urbano no âmbito da geografia humana; Márcio Souza, sociólogo e teatrólogo, cujos trabalhos e publicações tratam da cidade, especialmente tecendo críticas aos modelos culturais implantados pela economia da borracha e posteriormente, pela economia da Zona Franca. Sua literatura terá impacto na formação de uma mentalidade crítica em relação ao pensar e estudar a cidade de Manaus a partir dos anos 1970. Também serão citadas as vozes da literatura, com Milton Hatoum, escritor cujos romances se passam entre a Manaus em que o autor viveu nos anos 1950 e a Manaus com a qual ele se deparou ao regressar à cidade nos anos 1980; também passa pelos poemas de Aldísio Filgueiras, de quem se alimenta este capítulo na ideia geral de “Manaus, as muitas cidades”.

A partir destas vozes foram delimitados quatro períodos constituídos de discursos diferenciados sobre a cidade e que encontram sua efetivação na construção do espaço público. São eles o período mais recente de 2012 a 1997, caracterizado pelo discurso da *revitalização*; o período de 1989 a 1967, caracterizado pelo discurso da *proteção*; o período de 1967 a 1920, como período da *crise*; e 1900 a 1890 caracterizado pelo discurso da *refundação* da cidade. Além destes, outros discursos estão presentes nos períodos delimitados, complementando o texto. No entanto, esses quatro períodos constituem especialmente os discursos oficiais ou oficializados pelo poder público.

2.1.1

A revitalização (2012-1997)

Essas duas décadas foram palco de grandes modificações no traçado urbano e no uso dos espaços públicos do Centro Histórico de Manaus e são marcadas pelo discurso da *revitalização*. No final de 2012, reinaugurou-se a Praça do Congresso (rebatizada como Praça Antônio Bittencourt) e no começo deste ano, o Centro Histórico foi tombado como patrimônio histórico nacional. Em 2010, foi reinaugurada a Praça da Saudade (cuja denominação oficial é Praça 5 de Setembro). Essas duas praças receberam modificações no traçado, adotando-se o modelo que se tinha até os anos 1960. No ano de 2009, foi criado o Parque Jefferson Péres, a partir de uma área de igarapé que foi revitalizada. Em 2008, a Praça da Polícia (ou Praça Heliodoro Balbi) foi entregue à população, juntamente com o prédio do Palacete Provincial que passou a abrigar cinco museus da cidade. E, em 2004, inaugurou-se o Largo São Sebastião, o primeiro projeto que serviu de modelo para todos os outros citados anteriormente, sob o conceito de *revitalização* do espaço.

Tais projetos resultaram de nova política cultural implantada pelo Governador Amazonino Mendes, que em 1997 criou a Secretaria de Cultura, nomeando Robério Braga como secretário da pasta. Neste mesmo ano começou o curso de restauro para os técnicos que trabalhariam nos projetos de revitalização que foram realizados no Centro Histórico. Também em 1997, o Palácio Rio Negro, antigo palácio do governo, passou por um processo de revitalização e

reabriu suas portas como Centro Cultural Palácio Rio Negro, um espaço para exposições e eventos culturais. O que caracterizou um novo tempo para as políticas culturais voltadas para o Centro Histórico da cidade. O ano de 1996 foi marcado pelo centenário do Teatro Amazonas, com sua restauração e apresentação de reinauguração com o tenor José Carreras.

Otoni Mesquita (2009, p. 24), pesquisador da história da cidade apresenta os anos 1990 como um marco em que as administrações estadual e municipal iniciaram políticas de revitalização do Centro Histórico:

O centro histórico de Manaus foi sendo descaracterizado e desvalorizado em seu processo de ocupação e uso. Atualmente, cresce uma consciência da valorização desse patrimônio histórico e artístico, mas ainda ocorrem demolições criminosas que permanecem impunes. Das obras destruídas ficam apenas referências na memória afetiva dos usuários da cidade. A partir da última década do século XX, algumas administrações do Estado e da Prefeitura Municipal, ora em ações conjuntas, ora separadamente, vêm promovendo políticas públicas voltadas para o melhoramento da imagem da capital amazonense.

Mesquita aponta aqui sua posição em relação às políticas atuais voltadas para o centro histórico. No seu vocabulário, estão presentes os termos ‘desvalorização’ e ‘valorização’. O primeiro proveniente do seu olhar sobre as modificações que foram realizadas durante a implantação da Zona Franca e o segundo, a partir dos projetos de revitalização de alguns prédios e dos espaços públicos do Centro, considerando essas modificações como “melhoramento da imagem da capital amazonense”.

Nesse período iniciaram-se os projetos de restauro de alguns prédios antigos da cidade, revitalização dos espaços públicos e criação de eventos e grupos artísticos para ocupar tais espaços. Essa mudança pode ser acompanhada nos jornais a partir de 1997. O que se percebe estar sendo praticado nos espaços públicos do Centro Histórico faz parte de uma política de patrimônio que parece buscar nos fundamentos estéticos, especialmente na arquitetura do fim do século XIX e início do século XX, a sua base histórica característica de uma identidade construída a partir do espaço urbano. Busca-se uma revitalização no sentido de trazer de volta elementos da *Belle Époque*, não só materiais, mas também, e principalmente, os elementos simbólicos, presentes, por exemplo, na determinação do uso desses espaços.

Ao se caminhar pelas ruas, é possível perceber, nas placas que identificam as obras, a palavra *revitalização*, seja nas obras de espaços públicos seja de construções datadas do período da borracha. Tal discurso se tornou efetivo a partir de 1997, antes disso, porém, há outros discursos sobre a cidade.

No ano de 1994, o jornalista e poeta Aldísio Filgueiras publicou seu livro *Manaus, as muitas cidades*, uma edição do autor, com oito poemas datados entre 1987 e 1993. O poema que dá título ao livro é de 1991. São textos críticos aos dois períodos de ciclo econômico que a cidade viveu e as marcas que foram deixadas na cidade: a borracha e a zona franca. Filgueiras destaca a miséria em que as pessoas vivem em meio à arquitetura transformada em ruínas. Ruínas humanas e ruínas da cidade construída e reconstruída pelas mãos dos modelos econômicos cuja efetivação de melhoramentos urbanos não chega a toda a população. No primeiro poema, *Uma cidade em quinta fase*, datado de 1993, ele começa dizendo:

Eu te levarei pelas mãos
 Eu te levarei pelos maus
 Como as tribos
 Lavam os seus campos
 Como os loucos
 Que ainda calam
 Como os poucos
 Que ainda falam
 Como o próprio coração

Para Filgueiras, a cidade pode ser conduzida e ele se sente à vontade para fazê-lo, porque é sua relação afetiva com a cidade que tem esse poder e essa esperança de ainda conduzi-la à sua maneira. Ele lembra, na sequência do poema, que a cidade machuca mesmo que se mostre acolhedora e se abra para seu próprio povo, tudo soa falso, pode ser uma armadilha: “Agora que sou hóspede da tua língua. Agora que o porto abriu-se a todos os vínculos. Agora que habito a minha mesma paisagem...” E mesmo mantendo forte uma relação de afeto, este também se mostra efêmero: “O meu amor é por um triz”, “O meu amor não tem herança”. Por isso, nada está seguro nessa cidade, “O meu amor é um risco”. A cidade que se abre mais uma vez para as novidades é uma cidade promíscua, fluida, preparada para ser vendida e que está sempre em mutação:

Nada em ti é antigo.
 Traída no sonho.
 Traída na fala.
 Entre erres & plurais
 a lágrima olha
 para dentro do olho.

Malditos: penduro uma luz
 na tua orelha & uma laranja
 na face esquerda
 denuncia o batom do turismo.
 Nada em ti é eterno.

“O batom do turismo” é toda a maquiagem dada à cidade para disfarçar seus problemas aos olhos visitantes. Dessa forma, o poeta parece estar falando dos elementos que se mostram para serem lidos na cidade, e que ele procura decodificar como *a luz na orelha* e *a laranja na face esquerda*, como referência ao turismo, como enfeite, maquiagem. Este contexto é o que Filgueiras percebe da cidade da Zona Franca, cuja vida se resume ao consumo, “A gente não vive, faz compras”, como destaca no poema *Subúrbios*. No poema *Manaus, as muitas cidades*, ele fala do crescimento da cidade, do surgimento de novos bairros, da cidade que gesta a cidade, num sentido de crescimento geográfico e populacional, periférico e marginal:

A cidade fabrica
 bairros
 quando não se suporta
 e não cabe em si mesma:

O bairro
 no entanto costura
 pelas ruas
 tontas de boleros
 e cúmbias
 uma hora extra tão
 louca pra viver
 que a noite
 aluga
 o que sobrou do dia.

Em *Horizonte à margem*, mais um poema de 1993, poeta e cidade se misturam, o público invade a vida privada, “Tudo me atinge e mancha minha camisa”. A modernidade rouba a identidade, a individualidade: “Eu que fui tribo, família, me reduzo a individuo de rua sem fonte de referência – uma estatística a

mais ou a menos não vai mudar o destino”. Filgueiras revela uma **cidade-cenário** e desumana:

Por trás dessas vitrines
de vidros e dessas pedras
elegantes que sobem até o céu
- e até o céu e as estrelas –
tudo é ruínas nas esquinas
que não trocam mais recados
nem afeto. Na verdade o que sobra
nessa paisagem urbana – elegância –
falta em nossa condição humana.

A **cidade-cenário**, maquiada, elegante, destoa da realidade das pessoas que vivem nela. O poeta descreve a cidade e as transformações desse período causadas pela Zona Franca, rememorando as intenções iniciais do projeto, mas apresentando especialmente a crise pela qual passava no início dos anos 1990. Pontes Filho (2011, p. 230) esclarece aspectos dessa crise que foi causada pela “abertura do mercado nacional aos produtos estrangeiros, a partir da redução das alíquotas do Imposto de Importação (I.I.), nos primeiros anos do governo Collor”. A crise que se abateu sobre a cidade de Manaus foi percebida pela queda das vendas e demissões em massa, provocada pela necessidade de automatização, que causou ainda dependência tecnológica, aumento do desemprego, estagnação e recessão. Pontes Filho (2011, p. 230) explica ainda sobre a gravidade desta crise para a cidade de Manaus, uma vez que “na década de 40 e 70, respectivamente, apenas 23% e 32% da população residiam em Manaus, a partir de 1991, este número se elevou a quase 50%”. Além disso, a capital do Amazonas passou a deter 95% de toda a atividade econômica do Estado, daí retirando 98% do ICMS arrecadado pelo Estado”. Este pesquisador ainda acrescenta que “O “Amazonas” passou a se concentrar em Manaus, e esta a representar tudo para o Amazonas”. Mais uma vez se percebe o quanto a cidade de Manaus é importante por concentrar todas as estruturas e problemas urbanos de capital.

Voltando ao poeta, Filgueiras fala com saudade do tempo anterior à implantação da zona franca e que implantou a nova arquitetura de arranha-céus e deixou prédios do período da borracha em ruínas e tirou a tranquilidade que se tinha nas ruas e nas esquinas do Centro da cidade. A cidade de vidro e de pedra, desumanizada, embruteceu o homem. E diante desse embrutecimento, já não tem

sentido sonhar, o sonho e a realização desse sonho são pontos que não se encontram:

Meu horizonte é a margem
 direita do rio. À esquerda
 eu me flagro. É o que fixa
 e mede o eu que eu sou:
 este impossível abraço.

Meu horizonte é à margem.

A margem esquerda do rio Negro é onde está Manaus, uma geografia que não abraça, não acolhe, uma cidade que segrega e deixa à margem. À margem das transformações urbanas que cria cenários como memória fundante. No entanto, Filgueiras lembra: “Ah memória sem povo!”, porque esta é uma memória que está sendo construída pelo poder público, e o poeta prefere revelar a cidade suburbana, os atores que ficaram fora dessa cena. Nos seus poemas, não é este espaço construído e oficializado como patrimônio pelo poder público que ganha destaque. São os dramas da vida pública que invadem a vida privada. O livro *Manaus: as muitas cidades* traz à tona o subúrbio e cotidiano da vida cabocla no centro urbano que passou pelas transformações do ciclo da borracha e pelo advento da zona franca.

Os cinco poemas de Filgueiras, que datam de 1993, tratam dessa cidade caótica, ora vitimada pelo fausto da borracha, ora vitimada pelos excessos da Zona Franca. Mas sempre uma cidade que sofre e adoce quem mora nela. Algumas vezes, culpa a cidade pela sua própria situação, outras vezes, a ama, como se não restasse mais nada a fazer. O poema de 1991 sintetiza todo o livro ao apontar as realidades que podem ser vistas na cidade de Manaus, no momento anterior aos grandes projetos de *revitalização* dos espaços públicos, período compreendido entre 1997 e 2012. Este discurso da *revitalização* será analisado de forma mais detalhada nos próximos capítulos. Fechando este tópico, observam-se na década de 1990 dois discursos: na primeira metade, o discurso da *crise* da zona franca; e na segunda metade, o discurso da *revitalização*, com os projetos voltados para os espaços públicos e grandes construções do Centro Histórico da cidade.

2.1.2

A proteção (1989-1967)

Esse período foi marcado pelas modificações que aconteceram no espaço do Centro da cidade em decorrência da instalação da Zona Franca, pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Os impactos começaram a ser vivenciados durante a expansão da Zona Franca, nos anos 1980. Segundo Pontes Filho, (2011, p. 231):

Manaus inchou. A população, desassistida e sem perspectiva no interior, veio em massa para a capital. O êxodo rural foi a tônica da década de 80. Favelas, desemprego, criminalidade, violência urbana, uma enxurrada de problemas projetou-se fortemente sobre a cidade. Do mesmo modo, prevaleceu na capital a ampliação de seu equipamento urbano.

A proteção que chegou através das leis significou na verdade uma reação à destruição causada por esse processo de modificação de uso nos espaços do Centro. Com a Zona Franca ocorreu a substituição dos palacetes por prédios “mais modernos”, num movimento que alterou a paisagem (imagem) deste espaço da cidade. O Teatro Amazonas, que até então era o marco visual⁶ mais importante do Centro da cidade, foi ofuscado visualmente por outras construções com tendência à verticalização. O espaço público sofreu forte alteração cedendo o espaço de praças para estacionamentos, enquanto casarões foram demolidos para a construção de edifícios, num dinamismo característico das grandes cidades. Em resposta a esse processo de mudanças, o Estado passou a eleger seu patrimônio oficial. A arquiteta Márcia Honda Castro (2006, p. 73) apresentou algumas considerações sobre esse período. Para ela:

o fenômeno mais avassalador para a destruição do patrimônio histórico será o advento da Zona Franca, pois a cidade mais uma vez não se planejou para assumir a nova vocação comercial. Assim, os estabelecimentos instalaram-se no Centro Antigo, sem haver nenhum tipo de orientação quanto à adaptação dos prédios ao novo fim, gerando as problemáticas tratadas no Capítulo 01, de descaracterização das fachadas pela comunicação visual, pela supressão de elementos, principalmente de esquadrias, concedendo maior visibilidade e acesso dos clientes aos produtos, dentre outras situações.

⁶ O termo “marco visual” usado aqui numa referência às categorias de legibilidade da cidade defendidas por Kevin Lynch, no livro *A Imagem da Cidade*.

No que se refere às políticas públicas, em 1989 foi criada a Lei nº 2044, que “Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, paisagístico e cultural do Município de Manaus”. A partir dessa Lei, foram tombados muitos dos bens culturais que constituem o inciso I, “construções de notável qualidade estética ou particularmente representativas de determinada época ou estilo”. Em resumo, as construções tombadas a partir desse período pertencem ao espaço construído no período da borracha, localizadas no centro histórico de Manaus. Mesquita (2006, p. 270) sintetiza esse processo:

Entre as raras iniciativas voltadas à preservação do patrimônio histórico em Manaus, destacam-se pouco mais de trinta processos de tombamento realizado entre 1980 e 1988 e a elaboração e aprovação de artigos da Lei Orgânica do Município, em 1990, que, entre outras medidas de proteção delimitou as áreas do sítio e do centro histórico da cidade, tombando esta última “para fins de proteção, acautelamento e programação especial”.

Em 1988, no governo de Amazonino Mendes, foram tombados vinte e cinco imóveis, entre grupos escolares, igrejas, bibliotecas (CASTRO, 2006, p. 84) e outros prédios datados principalmente do período áureo da borracha. Destes, apenas quatro imóveis não estão localizados no espaço do Centro Histórico da cidade. Em 1987 foi criada a 11ª Diretoria do SPHAN/Pró-Memória (sede em Manaus), que depois iria se constituir na 1ª Superintendência Regional do IPHAN. Também em 1985 e 1987, foram registrados mais três tombamentos pelo IPHAN, totalizando quatro, com o Teatro Amazonas em 1966, como patrimônio nacional: em 1985 foi tombado o Reservatório do Mocó e em 1987, o Mercado Público e o complexo do Porto de Manaus, construções que também datam da *Belle Époque*. Em 1980, no governo de José Lindoso, foram tombados quatro imóveis situados no Centro Histórico, (CASTRO, 2006, p. 84).

O poema *Ai de ti, Manaus*, de Filgueiras, é datado de 1987 e fala de uma cidade que “volta as costas para o rio e a floresta”, que se veste de metamorfose para servir a quem passa, “Negas-te e te basta. Quando te dás és outra”. Uma cidade prostituída, “Ninguém te amou mais de uma vez”. E que por isso será castigada: “Ai de ti Manaus não venhas chorar no meu ombro”. No mesmo poema retoma a cidade da armadilha, do desejo que atrai e não se concretiza, onde o inferno é transferido para a cidade:

Todo descuido
 em ti será
 fatal, Manaus.
 Espremeste
 todas as seringueiras
 & oprimiste
 todos os seringueiros
 que o Nordeste
 não teve tempo
 quente o bastante
 para queimar.

No final dos anos 1970, Aldísio Filgueiras compõe em parceria com o compositor Torrinho, uma canção que se tornará o hino popular de Manaus: *Porto de lenha*. Esta música torna-se uma das canções mais executadas no cenário musical de Manaus, em shows e programas de rádio. Foi gravada por Torrinho em 1990 e é considerada o hino popular (ou extraoficial) da cidade de Manaus e traz a crítica a uma cidade que sonha ser outra coisa mas que precisa aceitar sua condição de ser o que é, pois com todos os ciclos econômicos, nunca deixará de ser um *porto de lenha*:

Porto de lenha
 Tu nunca serás Liverpool
 Com uma cara sardenta
 E olhos azuis

Um quarto de flauta
 Do alto Rio Negro
 Pra cada sambista
 Para-quedista

Que sonha o sucesso
 Sucesso sulista
 Em cada navio, em cada cruzeiro
 Das quadrilhas de turista

Filgueiras denuncia assim, um tipo de turismo que assalta a cidade. Ainda nesse período, Márcio Souza lançou seu livro *Galvez, Imperador do Acre*, e outros textos voltados para o teatro, em que, de forma bem humorada, critica os costumes da *Belle Époque*. Também publicou a primeira edição de *A expressão amazonense*, um ensaio sobre o contexto cultural do Amazonas, com foco na cidade de Manaus, uma crítica sem sutilezas, afirmando que Manaus:

foi sempre uma cidade isolada, com grandes chances, florescendo numa das regiões mais fantásticas do planeta. Manaus: o delírio, a cidade de arrivistas, onde tudo foi sempre feito às pressas e pela metade. Um centro político de importância menor que radicalizou suas contradições sociais, impondo aos homens os gestos capazes de transformá-los em vegetais. Uma cidade que sempre mereceu o desprezo da República, sempre assumida como uma cidadela colonial e ponta avançada dos apetites da metrópole, o que transformou nossa elite em funcionários subalternos e acomodados. Cercada pela selva, Manaus institucionalizou o isolamento como um preciso aspecto ornamental, tomando tudo por uma linguagem insólita e estéril, pela qual gerações inteiras viveram e morreram encarceradas. Manaus: o aglomerado urbano que emudeceu no centro de choque cultural mais fantástico que o Brasil já assistiu. (SOUZA, 2003, p. 28)

Para Márcio Souza, Manaus é uma **cidade-província**, marcada pelo isolamento geográfico e cultural, pela subserviência aos grandes centros e diante de mais um surto de progresso, com a instalação da Zona Franca:

A capital, Manaus, viveu sempre no isolamento. Mas se esforçou para escapar ao destino de quisto e se transformou rapidamente em câncer. Manaus cresce como esse sinal do enlouquecimento orgânico. Sua expansão urbana é um fenômeno estrangeiro, em surtos esporádicos que não oferecem continuidade. As elites e o povo são sempre surpreendidos. Assim foi no “ciclo da borracha”, assim está sendo na Zona Franca. (SOUZA, 2003, p. 189)

É deste período, dos anos 1970, uma das construções monumentais da cidade. O Estádio Vivaldo Lima que foi inaugurado em abril de 1970, com um jogo da seleção brasileira. Foi um projeto do arquiteto Severiano Porto e tinha capacidade para 50 mil pessoas. O estádio foi demolido dia 5 de abril de 2010, para a construção da Arena da Amazônia, que vai sediar jogos da Copa de 2014.

Márcio Souza também traça um importante cenário sobre as transformações da arquitetura da *Belle Époque*, e os novos padrões estéticos que se instalavam com a Zona Franca, no Centro da cidade:

Quanto ao centro, é a menina dos olhos da elite e o foco principal de todo o planejamento. É o delírio dos mascates arrivistas. Caminhando pelas ruas da Zona Franca, não há casa reformada ou construída que não ostente sua fachada de pastilha ou cerâmica, obrigando o visitante, sob um calor de 30 graus, a sentir-se num grande banheiro público aquecido. A atual arquitetura baré vai em sentido inverso às experiências de Severiano Porto, arquiteto que resgatou diversos materiais amazônicos para uso em seus projetos e vem se dirigindo a uma arquitetura ecológica. As construções do *kitsch* zonafranquense, de janelas retas e quadradas, frisos e lambris de metal, vidro fumê e ar-refrigerado, mostram muito bem o espírito arrivista da mais recente camada favorecida. Além do gosto duvidoso, essas fachadas vitrificadas parecem querer se contrapor à floresta que é

suja. A floresta vencida pelo câncer invasor deve ser apagada. O amazonense urbanizado de Manaus tem horror à floresta...” (SOUZA, 2003, p. 191/192).

Deste período vale destacar que o discurso da *preservação* aconteceu através das políticas públicas que determinaram o que é patrimônio, elegendo a arquitetura da época da borracha como bens a serem preservados da destruição ocasionada pelas necessidades do novo momento econômico, a Zona Franca. Transformações como as que são citadas por Márcio Souza, das alterações de fachadas e novos padrões de construção, descontextualizados da realidade de Manaus. Por isso a importância de outro discurso em relação a essa cidade, a visão crítica apontada por Márcio Souza e Aldísio Filgueiras.

2.1.3

A Crise (1967-1920)

O ano de 1967 marcou o começo de um novo período econômico para a cidade de Manaus, com a criação da Zona Franca. Páscoa (2011, p. 11) também explica o contexto em que surge a Zona Franca, nos anos 1960, o momento em que Manaus também é incluída nas mudanças em que se instalavam o panorama de consumo mundial:

A década de 60 está inserida no contexto de crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, decorrente da chamada “longa prosperidade do pós-guerra”. A prosperidade mencionada beneficiou os países desenvolvidos no acesso crescente a uma multiplicidade de bens materiais e culturais. Nesse período turbulento, a tendência construtivista entrou em declínio e deu espaço para novos experimentos.

No campo da educação, em 1965 foi fundada a Universidade do Amazonas, a partir do embrião da Escola Universitária Livre de Manaus, datada de 1910 (NUNES/HATOUM, 2006, p. 66). Em 1966, o Teatro Amazonas foi o primeiro bem tombado pelo IPHAN em Manaus, como patrimônio nacional. Nesse período, a participação de alguns gestores, como o Governador Arthur Reis foi bastante significativa:

Em 1965, o governador Arthur Reis fundou a Pinacoteca do Estado do Amazonas com o objetivo de abrigar o acervo museológico do Estado e de propagar o ensino das artes plásticas. Considerado o grande patrono de sua criação, ele tinha um comportamento diferente dos homens da ditadura de então. (PÁSCOA, 2012, p. 113)

O que marcou também esse período, no âmbito cultural, foi o Clube da Madrugada, surgido em 22 de novembro de 1954, na Praça da Polícia (hoje oficialmente conhecida como Praça Heliodoro Balbi). Os integrantes (intelectuais, músicos, escritores, artistas plásticos) se propunham a compensar meio século de atraso na área da literatura e das artes na cidade, agregando o público e aproveitando os espaços deixados pela economia da borracha, especialmente os espaços públicos:

Desse modo, muitos eventos foram realizados ao ar livre, tais como os lançamentos de livros nas manhãs de sábado na Praça da Polícia, ou mesmo as exposições de artes plásticas nas praças e até na praia, além dos festivais e das feiras de cultura. (PÁSCOA, 2012, p. 89)

Entre as importantes medidas, no plano dos discursos oficiais sobre a cidade de Manaus, depois da Segunda Guerra Mundial, destacaram-se: em 1950 o Plano de Valorização Econômica da Amazônia que criou a Amazônia Legal e construiu estradas para a integralização da Amazônia. No Centro da capital, até 1955, os bondes estavam em pleno funcionamento e, em 1957, começaram a circular os primeiros ônibus pela cidade. Mas Márcio Souza (2003, p. 174/175) apresenta outro retrato da cidade nesse período:

Manaus, na década de cinquenta, começa a inchar, e os ribeirinhos, que nem ao menos se internavam em seus limites, permaneciam na periferia, formando a conhecida Cidade Flutuante. É no segundo governo trabalhista, de Gilberto Mestrinho, que essa ideologia da classe média toma forma definida e o Estado cai novamente no delírio. Era o “Novo Amazonas” das obras de fachada, das ruas asfaltadas com fins eleitorais, das inaugurações e do total desconhecimento de planejamento urbano. A cidade, com o contingente humano vindo do interior, expande-se em favelas que recebem o bucólico nome de bairros.

O período de 1920 a 1967, como relata Oliveira (2003), é marcado pelo discurso da “cidade em crise”, pela decadência do período da borracha. Mas o geógrafo traz também outra versão para a espacialidade da cidade. Para ele esse período assinala um período de “resistência e de experiências, como lugar das

festas, das criações artísticas aparecendo como alternativas à vivência urbana” (2003, p. 19). Na reinterpretação desse período, busca “uma dimensão da Geografia preocupada com a produção do espaço para a vida. Uma Geografia capaz de captar sentimentos, emoções e desejos e que entenda o homem como produtor na mais ampla dimensão, o produtor da vida” (OLIVEIRA, 2003, p. 25).

Sobre o sistema de transporte urbano, Oliveira (2003) cita que, até os anos 40, as catraias eram o único meio de transporte coletivo para os bairros de Educandos e de São Raimundo. Estes bairros estavam ligados ao Centro da cidade, pelos igarapés. Nos anos 50, eram o transporte alternativo 50% mais barato que os ônibus. Quanto aos bondes, mais que transporte, era estilo de vida, diversão, ponto de encontro. Entre as diversões estava o *morcegar*, que significava pegar o bonde em movimento e saltar em seguida, e fazer *cerol*, colocando vidro nos trilhos para os bondes transformarem em pó (Oliveira, 2003, p. 242).

O porto, na escadaria dos Remédios, também no centro da cidade, era o ponto de chegada de muitas pessoas do interior para a capital. Na década de 50, os barcos ancoravam na cidade-flutuante (Figura 4), que, para quem chegava, dava a impressão de passageiro, improvisado, feio. Milton Hatoum trata da cidade-flutuante em quase todas as suas obras e chama de “bairro anfíbio”:

Ele me levou para um boteco na ponta da Cidade Flutuante. Dali, podíamos ver os barrancos dos Educandos, o imenso igarapé que separa o bairro anfíbio do centro de Manaus. Era a hora do alvoreço. O labirinto de casas erguidas sobre troncos fervilhava: um enxame de canoas navegava ao redor das casas flutuantes, os moradores chegavam do trabalho, caminhavam em fila sobre as tábuas estreitas, que formavam uma teia de circulação. Os mais ousados carregavam um botijão, uma criança, sacos de farinha; se não fossem equilibristas, cairiam no Negro. Um ou outro sumia na escuridão do rio e virava notícia (HATOUM, 2006, p. 90).

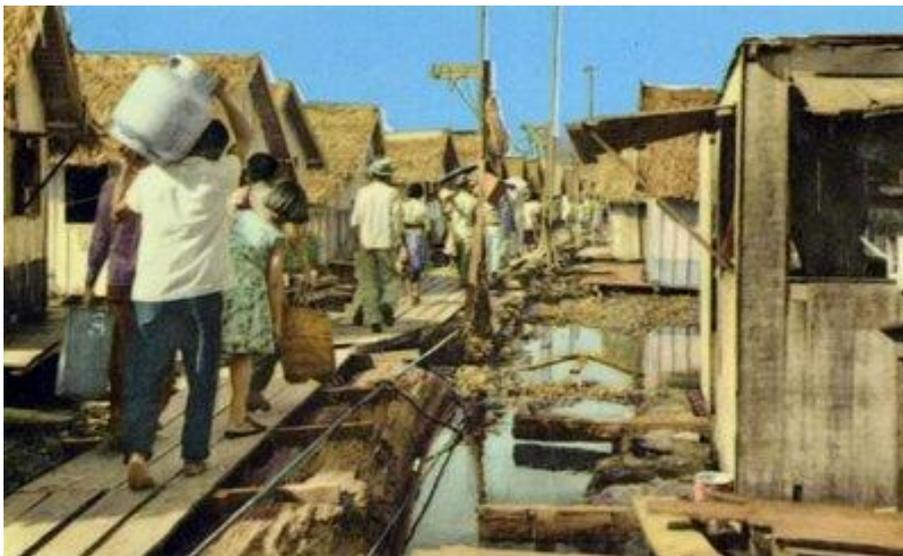


Figura 4: Detalhes da cidade flutuante no início dos anos 1960.

Fonte: Cartão Postal de Manaus.

Essa Manaus dos anos 50 foi a cidade onde Hatoum passou sua infância e já era uma cidade complexa na fervilhante presença de “imigrantes, nordestinos e gente do interior, “que vinha para a cidade para ser excluída, uma das perversidades brasileiras”, como as índias que serviam como empregadas da família de Hatoum” (CRISTO, 2007, p. 19). Em seus romances, ele busca essa memória da infância na cidade, revisita o espaço e os modos de ser neste espaço. Manaus era multicultural, complexa e mestiça e o tempo não era o mesmo que em outros lugares, pelo menos não era marcado pelo relógio, como atesta Hatoum (2008, p. 24), “a claridade solar, o canto dos pássaros, o vozerio das pessoas que penetrava no recinto mais afastado da rua, tudo isso inaugurava o dia; o silêncio anunciava a noite.” A relação espaço-tempo em Manaus parece ter sido bem mais demarcada neste período entre o declínio do ciclo da borracha e a implantação da Zona Franca, pelo menos é o que se observa na literatura. Hatoum (2008, p. 73) explica de forma poética, através de um de seus personagens, que o tempo é experiência:

”Sair dessa cidade”, dizia Dorner, “significa sair de um espaço, mas sobretudo de um tempo. Já imaginaste o privilégio de alguém que ao deixar o porto de sua cidade pode conviver com outro tempo?”

Segundo Oliveira (2003), os igarapés que antes funcionavam como lazer para a elite extrativista consolidaram-se como locais de encontro e festa para grande parte da população. Nesse espaço e nesse tempo, todos pareciam iguais. As pessoas divertiam-se mais, foi um período de proliferação de clubes por toda a cidade, que ofereciam festas noturnas aos adultos e manhãs de sol aos jovens, das 10h00min às 12h00min, aos domingos com entrada franca. A partir de 1957 começou o Festival Folclórico do Amazonas, em praça pública, no Centro Histórico.

Esse pode ser um retrato da cidade de Manaus entre 1920 e 1960. Para José Aldemir (2003), uma cidade que se abre para acolher os seus, nos espaços que a cidade da borracha deixou; não um espaço-tempo de crise, mas um espaço-tempo de uso da cidade. Para Milton Hatoum (2006, 2008), um período marcado pela cidade-flutuante, o “bairro anfíbio”, que guardava os pobres que margeavam a cidade construída pela borracha. Para Luciane Páscoa (2012), também um momento de movimentos culturais e projetos voltados para tirar a cidade do marasmo intelectual em que se encontrava. Para Márcio Souza (2003, p. 159/160), a crise devolve Manaus ao seu estado de província:

Com a crise do fim do monopólio, Manaus tornava-se uma província empobrecida, abandonada, atolando-se aos poucos naquele marasmo tão característicos das cidades que viveram um fausto artificial. Por falta de interesse econômico as comunicações são cortadas, os vínculos com a Europa se desvanecem e, pela primeira vez, a cidade derrotada passava a se interessar pelas coisas do Brasil.

Interessar-se pelas “coisas do Brasil” era uma marca da crise para uma cidade que dialogava diretamente com a Europa. Segundo Costa (1996), o cinema, que no período anterior era exibido para a elite no Teatro Amazonas e Polytheama, neste período popularizou-se, sendo exibido em outras salas mais acessíveis e em praças públicas. Herdou-se do cinema um dos slogans da cidade de Manaus: **Manaus, cidade risonha**, foi título de um longa-metragem produzido e exibido em Manaus no ano de 1926 (COSTA, 1996, p. 275). E nas palavras desta mesma autora, faz a ligação entre estes dois períodos, a *Belle Époque* e a Zona Franca:

Desde abril de 1915, o Odeon e o Polytheama haviam contraído núpcias comerciais e juntos ficarão, na mesma Empresa Fontenelle & Cia, até que a morte os separou,

nos anos 70, quando um foi demolido para dar lugar ao Shopping Center de Manaus e o outro sofreu reformas para abrigar novas lojas comerciais. (COSTA, 1996, p. 98)

Sobre o crescimento populacional, com o fim da guerra e dos seringais, houve uma migração do interior para a capital. Em 1950, Manaus tinha 89.000 habitantes; em 1960, já eram 152.000; e em 1970 a população saltou para 284.000 (IGHA, 2001, p. 100). A **cidade da crise** foi na verdade a crise econômica que marcou a saída de grande parte da população estrangeira, que retornou ao seu país de origem. Mas, trouxe para a cidade a população do interior e junto com ela, seus costumes que se misturaram à estrutura construída da cidade. Foi um longo período que também foi marcado por uma efervescência cultural, principalmente nos anos 1950 e 1960.

O poeta Thiago de Mello, em seu livro *Manaus: amor e memória* (1984) registrou sua infância com memórias que percorreram a Manaus dos anos 1920 até a Manaus dos anos 1950 e também tem outro olhar para esse período da decadência da borracha, iniciado nos anos 1920 ao qual chama de “santa decadência”, um período em que “Os novos ricos se apavoraram. Os ricos mais sólidos se acautelaram... O povo continuou sendo povo” (Mello, 1984, p. 28). É nesse período que o poeta afirma que a cidade se revela e mostra seu jeito de ser:

Foi durante esse tempo que eu vivi e convivi com ela, que entrei pelos seus caminhos e penetrei pela sua alma: o tempo em que Manaus pôde ser ela mesma, a viver de si mesma e de afirmar um jeito de ser todo seu – autêntico, simples, gostoso jeito de ser. (Mello, 1984, p. 28).

A cidade da crise é, na visão do poeta, a cidade que recupera sua amazonidade, trazida por quem chegou do interior e conviveu com “os seres animais e vegetais, terrestres e aquáticos e com as virtudes materiais e espirituais da floresta”. São essas pessoas que vão aproveitar a estrutura deixada pela riqueza da borracha, construindo uma Manaus mais “acolhedora e aconchegante, espaço urbano em que predominava o convívio cordial e solidário” (Mello, 1984, p. 30).

A cidade não tinha pressa para nada, ao contrário, “o tempo de cada dia dava de sobra para todas as coisas que fossem feitas, cada coisa a seu tempo, sem afobação nem correria” (Mello, 1984, p. 33). Esse tempo que se espalhava, descrito por Thiago de Mello, ainda pode ser vivenciado nas cidades do interior

do Amazonas. Na capital, Manaus, ele desapareceu sugado pelo tempo do comércio. Às vezes é possível encontrá-lo (ou pensar encontrá-lo) perdido nos espaços públicos, os mesmos que abrigaram a sesta, tempo do cochilo depois do almoço, na Manaus daquele tempo:

A sesta não pedia apenas a sombra das alcovas e o vento dos corredores avarandados: ela se fazia também publicamente, enrolada na luz morna do começo da tarde. Dorsos encostados aos troncos das árvores da Praça da Matriz, carregadores italianos, mascates árabes, caboclos trabalhadores braçais – estiravam-se no fofo da relva, sossegadamente a ressonar. Na Praça Tamandaré era a mesma coisa. Ali pela rampa do Mercado o descanso era amaciado pela brisa que chegava do rio. Os estivadores faziam a sua sesta lá mesmo pelo rodway, sobre a maciez das pranchas de itaúba. (Mello, 1984, p. 34)

Thiago de Mello fala do tempo sem pressa da cidade e fala dos seus sons mais característicos: o apito das fábricas, da saída dos barcos, dos sinos da matriz, da ambulância, das sinetas dos vendedores de rua, dos inúmeros pianos, dos músicos e músicas das Casas de Música, do rádio transmitido à rua pelo alto-falante, os alto-falantes das lojas de disco e do cinema, o som do bonde. Fala ainda dos cheiros das comidas que se tinha nas feiras, nas ruas. Essa é a sua **Manaus de antigamente**. É a memória que permanece ainda presente nessa geração e que, através dos livros, da história oral e de postais foram passados a outras gerações que não a alcançaram. Quando se fala da **Manaus de antigamente**, é deste período que se está falando. O período em que os espaços públicos exerciam grande importância na vida das pessoas, ou ainda, que a vida das pessoas se fazia acontecer nesses espaços.

2.1.4

A refundação (1900-1890)

Voltando mais ainda no tempo, esse período de 1900 a 1890, exerce ainda forte influência na cultura material e imaterial da cidade, estando presente nos escritos de historiadores e romancistas, sendo que alguns defendem e outros tecem veementes críticas sobre o período de fausto ou a *Belle Époque*. A historiografia local tem como apogeu do ciclo econômico da borracha - o período entre 1890 e 1910. Otoni Mesquita, em seu livro *Manaus: História e Arquitetura -1852-1910* descreve essas transformações e posteriormente em *La Belle Vitrine: Manaus*

entre dois tempos - 1890-1900 defendeu a tese da “refundação” da cidade, apresentando a relação desse mito de refundação com o mito de progresso, com a construção da cidade como autoimagem de uma elite que reivindicava costumes e padrões europeus, opondo-se ao primitivismo e à imagem de aldeia povoada por mestiços e índios. O discurso da “refundação da cidade” estava baseado no “progresso” com “a intenção de apresentar a cidade através de uma imagem de prosperidade e modernidade” (MESQUITA, 2009, p. 29). A partir deste autor, adotou-se o período por ele determinado de 1900 a 1890, como o período da *refundação* de Manaus, na divisão de períodos deste capítulo.

A cidade, em termos urbanos, teve seu apogeu no período de 1890 a 1910, com a riqueza da borracha e os projetos de alguns políticos, como Eduardo Ribeiro, o principal responsável pela remodelação da cidade no período da borracha. Manaus (ou o que hoje compreende o Centro Histórico, basicamente) foi dotada de arquitetura eclética, prédios grandiosos (para os padrões das construções existentes na época, em madeira e palha), jardins públicos e monumentos comemorativos (MESQUITA, 2009). Os ideais de progresso estavam evidentes nos discursos dos administradores, conforme atesta Mesquita (2009, p. 168):

As mensagens emitidas pelos presidentes do Estado do Amazonas nos três primeiros anos republicanos adotavam com frequência as palavras reconstruir, reformar e modernizar. No entanto, em 1893, quando a situação política parecia estabilizada no Estado e Eduardo Ribeiro estava seguro de suas garantias constitucionais e políticas, a mensagem apresentada fez várias referências ao Plano de Embelezamento da Cidade. Nota-se que, a partir desse documento, o governador adota os termos “melhoramento”, “embelezamento”, “aformoseamento” com o mesmo sentido de “modernização” e “reforma”.

A ideia de modernidade que aparece nos discursos será materializada na cidade através dos serviços públicos e todas as outras mudanças estruturais, como cita Dias (2007, p. 29):

A modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo.

Sobre a vida cultural e o uso destes espaços construídos pela riqueza da borracha, Costa (1996, p. 8) oferece um bom relato:

Em 1897, Manaus contava, além do imponente e majestoso Teatro Amazonas, com alguns pequenos teatros, como o Éden, na rua Demétrio Ribeiro; muitos centros de diversões, clubes carnavalescos e esportivos, associações lítero-musicais e os novos clubes noturnos, alguns deles cabarés camuflados. Circos pululavam pelas amplas e arborizadas praças da cidade. O povo gostava de ir às corridas de touros no Coliseu Amazonense, ao carrossel de cavalinhos no Recreio Ajuricaba e aos arraiais no Pobre Diabo. Aos domingos, os passeios de bonde eram o divertimento de todas as famílias.

Costa (1996, p. 23) fala também sobre as críticas feitas à estrutura que não estava disponível para todos da mesma forma, como as obras de “modernização” caracterizadas pela “luz elétrica, rede de água e esgotos, moderno sistema de limpeza pública, bondes elétricos abertos, um novo mercado público, um porto flutuante só igualado ao da Austrália”. Eram obras feitas pelos ingleses e para eles também. Porque nesse período, o capital inglês era o principal responsável pelas obras na cidade (DIAS, 2007, p. 45). A partir desse momento surgiu a expressão “para inglês ver”, que foi publicada por jornal local em 1897 (COSTA, 1996, p. 24) e que passou a ser adotada para criticar serviços que não são concluídos. **Manaus para inglês ver**, diz dessa cidade que é feita para os outros e não para os seus.

As grandes construções tinham o papel de materializar os ideais de modernidade e progresso, elevando-se como os símbolos desse progresso e, como tal, desempenhavam as funções de “Justiça, Poder, Cultura, Lazer, Ordem, Progresso Comercial”. Também contribuíam com a educação do cidadão (DIAS, 2007, p. 70). Em suas conclusões sobre esse período, Dias (2007, p. 146) sentencia:

O primeiro grande surto urbano forjado pela economia da borracha impôs sua arquitetura, seus símbolos, suas representações históricas que até hoje resistem, passando a impressão de homogeneidade de seu tempo histórico. A ideia que este legado urbano deixa como formadora da memória é a existência de um equilíbrio harmonioso entre natureza e cultura, entre projeto urbano e espaço físico, entre cidade moderna e expectativa social.

A *refundação*, defendida por Mesquita (2009), trata, portanto, da construção da imagem da cidade de Manaus voltada para os modelos europeus que

significavam modernidade e cultura. Uma construção que se dá pela abertura de ruas, praças, redefinição do traçado da cidade e construção do Teatro Amazonas, como símbolo da arquitetura eclética do período. Nesse sentido, tais transformações da última década do século XIX constituíram a “refundação da cidade e uma reconstrução da sua imagem”. Uma imagem de cidade que ainda aparece saudosa nas políticas públicas através de postais e da busca por um modelo de revitalização presente no período a partir de 1997.

Também é possível entender a *refundação* da cidade de Manaus como discurso de progresso. Os serviços públicos, entre eles a abertura de praças e parques embelezados com fontes e esculturas trazidas da Europa, representava a inclusão da cidade de Manaus – que nasceu entre o rio e a floresta e que tinha costumes indígenas – no rol das cidades cosmopolitas, aberta para a internacionalização, um momento proporcionado pela economia gomífera. Neste período, conforme cita Mesquita (2009), com base nos discursos dos administradores, a preocupação com a imagem da cidade se dava não só com a construção de prédios suntuosos, mas também com a preparação e embelezamento do seu entorno, conforme pode ser constatado nos postais da época. Na frente dos grandes prédios, havia sempre uma praça, a fim de dar a abertura necessária para que o olhar fizesse seu passeio.

Mas foi como aldeia, que Manaus começou a ser vista pelos viajantes que aportaram em seu cais. Um espaço privilegiado pela confluência dos rios Negro e Solimões e onde já estava estabelecido um intenso comércio intertribal aonde os portugueses vinham buscar escravos indígenas (Mesquita, 2006, p. 23). A localização geográfica, que marca o isolamento da cidade hoje, foi a principal característica para a construção da cidade, a partir da Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro, a primeira construção que se impôs frente aos habitantes nativos e à própria natureza, pois fora construída para fiscalizar a entrada de possíveis invasores, pelos rios. As ruínas dessa fortaleza encontram-se próximas ao cais do porto, na área central da cidade, mas não se sabe em que local especificamente. O povoamento que se formou ao redor da fortaleza deu origem à cidade, e a população surgiu de uma mistura de índios e brancos. (Mesquita, 2006).

Sobre o nome da cidade, vale a pena registrar que a Fortaleza de São José do Rio Negro marcava a presença portuguesa e a cultura de batizar os lugares com nomes de santos. Em 1833 o lugar passou a se chamar Manaos:

Naquele momento, a toponímia de nomes portugueses de várias localidades foi substituída por referências indígenas. Essa determinação refletia a preocupação do Império Brasileiro, recém-independente, de estabelecer uma política de ocupação do território, definindo uma identidade mais ligada às referências nativas e reduzindo os traços portugueses. Ainda que politicamente pudesse atender a outros objetivos, a indicação do nome de uma das tribos que, outrora, habitava a região, era evidente homenagem às raízes locais. (MESQUITA, 2009, p. 152)

Interessante esse processo: antes de se tornar cosmopolita e se lançar para fora, redefinindo sua imagem, a cidade volta-se para dentro e assume, ao menos no nome, suas “raízes locais”. Como visto, a cidade de Manaus nos oferece múltiplas leituras, é uma cidade plural, como nas palavras de Aldísio Filgueiras: “Sim: existe uma cidade em nós. Uma cidade tão singular que se realiza apenas no plural: Manaos-Manaus”. Filgueiras nos aponta duas faces (das tantas outras possíveis) dessa pluralidade: “Manaos”, da origem do nome da cidade, de uma tribo de índios guerreiros que habitavam a confluência dos rios Negro e Solimões e que foram extintos; “Manaus”, o nome adotado a partir das primeiras décadas do século XX, após mudança ortográfica e mudança urbanística. Em tupi, está o poético significado: **Mãe dos Deuses**.

2.1.5

Manaus, a cidade que nasce das palavras

Esta primeira parte foi estruturada cronologicamente a partir dos discursos já construídos e os discursos que a tese pretende construir, propondo uma continuidade de periodização. No entanto, mesmo que cada período tenha sido caracterizado por uma palavra-chave ou categoria mais recorrente, dentro dele outros discursos também estão presentes o que torna a homogeneidade apenas um discurso aparente. Assim, procurou-se contar a história da construção da espacialidade material e simbólica do Centro Histórico de Manaus. O patrimônio está inserido nesta espacialidade. Os discursos constituem estas espacialidades, à

medida que vão construindo e sendo construídos por elas. Os discursos são eles mesmos espaço material e simbólico.

Os discursos destacados aqui correspondem aos discursos oficiais de *revitalização*, *proteção*, *crise* e *refundação* e estão acompanhados de outros apontados pela voz de outros sujeitos. A *revitalização* é o momento efetivo iniciado com as leis de proteção, que são pautadas agora na necessidade de vender a imagem da cidade como **metrópole da Amazônia**, urbana e cultural. A *proteção* foi o despertar do poder público na iminência da perda de parte da arquitetura e traçado urbano, em decorrência da implantação de um novo sistema econômico que estava novamente regendo o espaço público. A *crise* foi crise da economia e de um estilo de vida que não se sustentou sem ela. E a *refundação* foi na verdade a construção de uma imagem da cidade pela sua arquitetura e traçado urbano, a mesma que se busca revitalizar nos discursos atuais.

Caminhando para concluir este tópico, sobre os sujeitos dos discursos aqui apresentados, vale destacar que os intelectuais que vão influenciar uma nova postura e um novo olhar sobre a cidade vêm da década de 1940, do pós-guerra. Participaram do Clube da Madrugada, como Márcio Souza e Aldísio Filgueiras e viram e vivenciaram as mudanças urbanas com a instalação da Zona Franca. Acompanharam a alternância de administradores do mesmo grupo populista dos anos 1970, produziram críticas, na literatura e nas outras artes, para falar sobre a cidade de Manaus. Hoje continuam atuantes na vida cultural da cidade, assumindo inclusive cargos administrativos, como Márcio Souza, nomeado presidente do Conselho Municipal de Política Cultural, em 2013.

Também vale a pena destacar as muitas cidades que aparecem ao longo dos discursos aqui apresentados, onde cada um dos discursos tem sua efetivação no espaço público (que seguem listados no Apêndice 2). No período compreendido entre 2012 a 1997, em que o discurso oficial direciona para a *revitalização* e outros discursos trazem antes deste a crise da zona franca, Manaus é referenciada como **Manaus cosmopolita** e **metrópole da Amazônia**. Mas, ainda é possível encontrar a referência à **Manaus cabocla**. No período em que o discurso traz a *proteção*, de 1989 a 1967, encontra-se Manaus como **cidade plural** e **porto de lenha**. De 1967 a 1920, o período da cidade em *crise*, Manaus é **cidade sorriso**, **cidade flutuante**, **cidade risonha**, **cidade das selvas**. Entretanto, a maior parte do vocabulário se encontra no período da *refundação* da cidade, em alguns

momentos foram expressões geradas no próprio tempo vivido, outras, geradas no distanciamento crítico desse tempo. Encontra-se aí **Paris da Selva, Paris dos Trópicos, Veneza brasileira, Veneza tropical, Veneza Amazônica, Eldorado das ilusões, Cidade do Fausto, Cidade-província, Manaus para inglês ver e Mãe dos deuses**. Paris foi a cidade europeia que inspirou Manaus no final do século XIX e início do século XX, não só no seu traçado, mas nos seus costumes. Veneza seria a Manaus que não foi, pois teve seus igarapés aterrados. O fausto remete às críticas a partir de Márcio Souza nos anos 1970, bem como o eldorado das ilusões. A Manaus mãe dos deuses fica no nome e nesse passado da ancestralidade indígena, que vez por outra encontra ecos nos discursos sobre a cidade, que busca sempre o novo, onde nada é antigo.

2.2

“Nada em ti é eterno”: os conflitos no Centro Histórico

E o que dizem os gestores da cidade? Como a mídia faz chegar à população esses debates sobre o patrimônio? Parte-se aqui de um momento mais atual, tomando como base o primeiro semestre do ano de 2012 e os discursos que foram veiculados nos principais jornais locais sobre o Centro Histórico. Buscou-se aqui identificar as especificidades locais relacionadas ao tema patrimônio, apresentando brevemente cinco pontos: 1) Os discursos sobre o tombamento do Centro Histórico; 2) As complicações da cheia histórica de 2012; 3) A desativação do terminal da Matriz; 4) O uso da Praça da Polícia como terminal temporário; 5) O projeto de construção de um camelódromo em praça tombada.

O ano de 2012 foi muito intenso no que se refere às medidas tomadas em relação ao espaço público do Centro Histórico da cidade de Manaus. No mês de janeiro, este trecho da cidade foi efetivamente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, depois de um processo iniciado no final de 2009, como uma das medidas de preparação da cidade para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol em 2014. Este tombamento continuou sendo contestado pelo Governo do Estado que moveu uma Ação Cível Originária (ACO) contra o impedimento da homologação do processo de tombamento do Centro Histórico de Manaus. A Prefeitura também se colocou contrária a esta

decisão de tombamento. O que cada uma dessas instâncias entende por patrimônio em Manaus? Essa questão pretende concluir as reflexões deste capítulo.

Também neste primeiro semestre de 2012, a cidade viveu a sua maior cheia, noticiada largamente nos meios de comunicação local e nacional. Esta cheia superou a anterior de 2009 que já havia superado a maior cheia da história, acontecida em 1953. Uma das áreas afetadas foi o Centro Histórico, que teve ruas alagadas e o trânsito desviado. A paisagem mudou completamente com a construção de pontes para a passagem dos pedestres e o acesso às lojas. Este acontecimento que durou mais de três meses (entre março e junho) fez com que o Terminal de Integração de ônibus localizado no Largo da Matriz – área que concentra importantes prédios e praças históricas, fosse fechado temporariamente e os ônibus passaram a circular em outras ruas do Centro, tendo como um dos principais pontos uma das praças restauradas pela Secretaria de Cultura, a Praça da Polícia. O que também causou transtorno por ser área tombada e não preparada para receber grande fluxo de pessoas e veículos.

Chegado o período da vazante, no mês de junho, algumas ruas voltaram a funcionar normalmente, após limpeza, mas o terminal de ônibus não voltou a funcionar. O que foi veiculado pela imprensa inicialmente foi que as ruas precisavam ser restauradas, uma vez que a água havia estourado o asfalto e as galerias estavam fragilizadas, o que não deixaria suportar o intenso tráfego e poderia causar acidentes. As galerias datam do período de urbanização da cidade, durante o ciclo da borracha. Depois dessa primeira notícia, veio a confirmação das mudanças: o Terminal da Matriz seria desativado definitivamente e em seu lugar seria instalada a Feira dos Artesãos que atualmente ocupa a Praça Tenreiro Aranha, nas proximidades do terminal. Esta praça, por sua vez, daria lugar à construção de um Camelódromo, que há anos vem sendo prometido para “limpar” as calçadas de várias ruas do Centro da cidade. De acordo com o noticiário, acompanhado diariamente, os órgãos competentes não entraram em acordo quanto ao uso desses três espaços: o Terminal da Matriz, a Praça Tenreiro Aranha e a Praça da Polícia. Instalou-se então um grande debate entre os gestores municipais, estaduais e federais.

O Secretário de Cultura anunciou que não fora comunicado quanto ao uso definitivo pela Prefeitura, da Praça da Polícia como terminal. Como medida de conservação da praça, “ameaçou” pedir o tombamento da mesma pelo Governo do

Estado. Os camelôs não foram informados sobre sua transferência e os artesãos da Praça Tenreiro Aranha disseram que não foram consultados sobre sua transferência para outro espaço. O IPHAN não concordou com a construção do Camelódromo na Praça por ser um espaço tombado como patrimônio histórico.

Também por conta da ação movida pelo Estado e das modificações no Centro Histórico, a partir do tombamento como patrimônio cultural nacional, o IPHAN começou em dezembro de 2011 a fazer um Inventário dos imóveis do Centro Histórico.

Este foi o cenário de conflitos visto no começo do ano de 2012 e que se estendeu até o ano seguinte. Tais conflitos implicam nas divergências quanto ao uso do espaço público e suas funções, por parte da Prefeitura, Governo do Estado e Iphan.

Todos estes conflitos ganharam a mídia diariamente e as pessoas começaram a participar mais, como pode ser observado pelas matérias nos noticiários e nos comentários enviados à mídia digital. Também porque foram mudanças que afetaram milhares de pessoas diariamente, como os trabalhadores que precisavam se deslocar para o trabalho ou passar pelo Centro da cidade. As instituições responsáveis também se manifestaram através de seus representantes.

O que aparece, então, é um quadro de disputas contínuas quanto aos usos do Centro Histórico da cidade de Manaus, por parte das instâncias municipal, estadual e federal. Entender o porquê desses conflitos requer um mergulho nos discursos destas instituições e nas práticas de seus representantes.

2.2.1

Os discursos sobre o tombamento

Antes de iniciar a apresentação destes discursos, é necessário esclarecer sobre algumas marcações que aparecem no texto. A intenção é destacar o vocabulário, para posterior análise: em caixa alta, seque as palavras-chave relacionadas aos atos para com os espaços públicos; sublinhadas, seque as expressões que indicam o caráter material a que esses atos correspondem; em negrito, foram destacados os termos e expressões referentes a valor e patrimônio. Dito isto, segue-se para os discursos.

O processo de tombamento do Centro Histórico começou a ganhar destaque na mídia local em 2010, com a coletiva de imprensa solicitada pelo então superintendente do Iphan, Juliano Valente, para comunicar o envio do pedido de tombamento do Centro Histórico de Manaus e a publicação da notificação de tombamento no Diário Oficial, em 22 de novembro de 2010. A matéria foi do jornal *A Crítica*⁷, com o título “*Estudo para tombamento do Centro Histórico demorou mais de três anos*” e subtítulo “*Com o tombamento do Centro Histórico Manaus pode receber o título de Cidade Histórica Nacional*”. Para ilustrar a matéria foi usada uma foto aérea de parte do Centro, tendo a Igreja da Matriz como ponto central. O texto não destaca as falas dos entrevistados, apenas descreve que Juliano Valente, o Superintendente do Iphan, “afirmou que foram três anos e meio de estudo para a elaboração do documento”, ou seja, os estudos foram iniciados em meados de 2007. Um dos pontos importantes da matéria foi a definição da área a ser tombada:

“um perímetro que começa na Ponte Benjamin Constant, próximo à Cadeia Pública Raimundo Vidal Pessoa, abrangendo ruas históricas como 7 de Setembro, Visconde de Mauá, Getúlio Vargas, Guilherme Moreira, Símon Bolívar, Ramos Ferreira, Luiz Antony, Lobo D’Almada, Henrique Martins, Epaminondas, Itamaracá. Essas áreas são compreendidas como Centro Histórico pela Lei Orgânica do Município (Loman).”

O IPHAN tombou uma área já tombada pela municipalidade e que consta na Lei Orgânica de 1990. A partir daí, o texto segue defendendo as vantagens que esse ato proporcionará à cidade de Manaus, como o título de Cidade Histórica Nacional e a parceria do Iphan para “*fiscalizar*”, pois “*em caso de qualquer alteração nos prédios ou nas vias públicas o órgão deverá ser consultado antes*”.

A segunda matéria, também do *A Crítica*⁸, de 27 de novembro de 2010, trazia como título “*Tombamento do Centro Histórico facilita captação de recursos*” e o subtítulo “*De acordo com um levantamento pelo Iphan, a nova área a ser PROTEGIDA no Centro de Manaus compreende desde a Rua Leonardo Malcher até as margens do rio Negro*”. Com uma foto frontal do Teatro Amazonas, começou citando as vantagens econômicas do efeito do

⁷Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Estudo-tombamento-Centro-Historico-durou_0_377962251.html. Acesso em 07.07.2012.

⁸Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Amazonia-Amazonas-Manaus-Tombamento_do_Centro_Historico_de_Manau_facilita_captação_de_recursos_0_379762051.html. Acesso em 07.07.2012.

tombamento do Centro Histórico de Manaus: *“facilitar a aquisição de recursos de programas como o Monumenta e o PAC Cidades Históricas para a REVITALIZAÇÃO de prédios que atualmente estão abandonados no local.”* Trouxe também algumas falas do superintendente do Iphan, Juliano Valente justificando o pedido de tombamento:

“O centro será um bem de importância nacional, daí a relevância de se PRESERVAR e pelos prédios históricos que temos dentro desse perímetro.”

“Essa área ficará PROTEGIDA e todos os empreendimentos a serem construídos no local precisam ser analisados pelo Iphan.”

“É inacreditável que o Centro de Manaus tenha passado tanto tempo sem ser tombado. Para que se tenha uma ideia, enquanto o Pará tem 25 bens tombados, o Amazonas tem apenas quatro.”

Tayana Martins, autora da matéria, reforçou a justificativa da necessidade do tombamento citando o período em que o Amazonas ficou sem decretos de tombamento:

Os estudos técnicos para embasar o processo de tombamento do Centro Histórico duraram cerca de oito anos, segundo informações do Iphan. O último decreto de tombamento de bens no Amazonas ocorreu há mais de 20 anos.

A jornalista finalizou apresentando como síntese do processo de tombamento a seguinte análise: *“O tombamento do Centro Histórico implica na PRESERVAÇÃO de áreas verdes já existentes e da REVITALIZAÇÃO das degradadas, além da MANUTENÇÃO do traçado urbano local.”* Este traçado é herança do período da borracha, com alterações do período da instalação da Zona Franca.

A terceira matéria sobre o tombamento tem como título *“Reunião do conselho do Iphan exclui da pauta o tombamento do Centro Histórico de Manaus”* e como subtítulo *“O tombamento provisório do Centro Histórico de Manaus foi assinado ano passado. Decisão de excluir não prejudica o processo, diz Iphan”*, trata-se de uma matéria também do jornal A Crítica⁹, de 2 de maio de 2011, sem indicação do autor. Também não traz as falas dos entrevistados, apenas descreve sobre aspectos da votação, a formação do Conselho Consultivo e

⁹Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/reuniao-Iphan-tombamento-historico-Manaus_0_473352961.html . Acesso em 06.07.2012.

apresenta uma lista com 20 bens protegidos pelo Conselho em 2010, entre os quais consta o Encontro das Águas dos Rios Negro e Solimões, no Amazonas.

Em 2011 a mídia também passou a acompanhar e dar espaço aos desentendimentos entre as instituições pelas ações no Centro Histórico de Manaus, como nesta matéria do jornal A Crítica¹⁰, de 20 de maio de 2011, assinada por Florêncio Mesquita, com o título “*Iphan acusa Prefeitura e Governo de atrapalhar tombamento do centro histórico de Manaus*” e subtítulo “*Superintendente do Iphan afirmou que nem o executivo municipal nem o estadual querem discutir o projeto*”. A matéria veio ilustrada com uma foto das fachadas em ruínas localizadas no complexo portuário de Manaus, uma imagem de degradação e um outdoor com propaganda da Prefeitura sobre o Shopping Popular.

A matéria trouxe as falas do superintendente do Iphan, Juliano Valente, justificando suas acusações contra a Prefeitura de Manaus e o Governo do Estado:

“Seria bom saber por que se posicionam assim. Parece que não querem dialogar ou têm medo de falar sobre um assunto que interessa a toda cidade.”

“O município havia disponibilizado dois técnicos para acompanhar o levantamento do projeto, mas desistiu porque teria sofrido influência de setores do Estado.”

“Hoje cada um segue uma direção diferente. Sem a participação de todos o processo fica difícil. No entanto, mesmo com as dificuldades, o processo de tombamento do Centro Histórico deve prosseguir.”

“O Estado e o município são contra porque alegam que o tombamento vai engessar o Centro da cidade para a realização de obras.”

O próprio texto da matéria também se mostrou favorável ao posicionamento do Iphan, endossando as acusações do órgão:

“O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico no Amazonas (Iphan), Juliano Valente, afirmou, nesta quinta-feira (19), que tanto o Governo do Estado quanto a Prefeitura de Manaus têm conseguido embargar o desenvolvimento do projeto de tombamento do Centro Histórico de Manaus.”

“Conforme Valente, nenhum órgão do Governo respondeu ao ofício enviado por ele com o objetivo de discutir o tombamento. Embora a Prefeitura, segundo explica o superintendente do Iphan, tenha colaborado no início do projeto, retirou o apoio sem dar maiores explicações.”

“Sem o cumprimento do Município e do Estado na criação de regras sobre o licenciamento, o que pode acontecer, segundo Valente, é as regras não serem cumpridas, já que não teriam o consentimento das partes.”

¹⁰Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Iphan-Prefeitura-Governo-atrapalhar-tombamento_0_484151584.html . Acesso em 06.07.2012.

Na matéria aparece uma sugestão de acordo entre as partes, feita pelo Iphan, a instalação de “*uma unidade para a criação e ajustamento de normas reconhecidas por todos.*” Também de acordo com a matéria, o Iphan declara o motivo do impasse: a mesma área é de interesse da Prefeitura e do Estado. Aparece ainda uma justificativa da falta de posicionamento do Estado e Prefeitura: na ocasião o Governador estaria em Brasília e o jornal também não havia conseguido contato com o Secretário de Cultura. Sem a voz do Estado e da Prefeitura, o Iphan ganhou todo o destaque no discurso, no entanto no final da reportagem, a matéria apresentou números como um discurso que depõe contra a prática do Iphan no Amazonas:

“O Iphan ficou 23 anos sem promover nenhum tombamento no Amazonas. Apesar da **riqueza histórica e arquitetura** da capital, o número de BENS reconhecido como patrimônio só aumentou após tombamento do Encontro das Águas. Em contrapartida, o número de tombamentos feitos pela Prefeitura, no mesmo período, foi de aproximadamente 1,6 mil”.

Apesar de parecer que a matéria dá voz provocativa ao Iphan, algumas coisas depõem contra esse parecer. O texto do final da matéria e a foto utilizada para ilustrá-la se complementam no que se refere à ação do Iphan no Amazonas, dizendo-a deficitária. A foto da área degradada é um dos pontos do Centro Histórico que está sob a administração do Iphan.

Em maio de 2011, o Secretário de Cultura Robério Braga fez afirmações, que ecoaram forte na mídia, sobre a situação do Centro Histórico. Na matéria do jornal A Crítica, de 20 de maio de 2011¹¹, o título foi bastante provocativo: “*Robério Braga diz que Centro Histórico de Manaus é “paciente internado em estado terminal”*” e o subtítulo contextualiza: “*A afirmação de Robério, que está no governo desde 1994, foi feita durante a realização da audiência pública na CMM sobre o REORDENAMENTO do centro de Manaus.*”.

Esta matéria é interessante por mostrar os nomes das pessoas envolvidas com as questões do Centro Histórico e que participaram dessa audiência pública na Câmara Municipal de Manaus. O Secretário de Cultura afirmou que todos são responsáveis pela situação a que chegou o Centro Histórico. E exemplificou o descaso ao Centro, citando como consequência um dos adiamentos da

¹¹Fonte:http://acritica.uol.com.br/manaus/Roberio-Braga-historico-Manaus-internado_0_484151651.html . Acesso em 07.07.2012.

reinauguração da Biblioteca Pública, ocasionado pela presença de ratos em decorrência do comércio informal nas proximidades. Em outro trecho foram identificados os participantes da audiência:

“Participaram da audiência representantes da Suframa, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e a Ambiental, Secretaria Municipal de Saúde, de Trabalho, Limpeza Pública, Instituto Municipal de Planejamento Urbano, Manaustrans, Federação do Comércio, Amazonastur e os vereadores Lúcia Antony (PCdoB), Luizinho Neves (PRP), Modesto Rodrigues (PT do B) e Ademar Bandeira (PT).”

Nesta matéria o Secretário Robério Braga teve o espaço para a resposta ao superintendente do Iphan, Juliano Valente, pela matéria anterior:

“Diante da colocação do vereador Ademar Bandeira, de que a cidade seria beneficiada com o processo de tombamento do centro histórico por parte do (IPHAN) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Robério Braga reagiu dizendo tudo está sendo feito de forma “atabalhoada” e “açodada”, sem que o Estado tenha sido comunicado. Ele lembrou que o Porto de Manaus, Paço Municipal e o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, são tombados pelo IPHAN e estão abandonados”.

Os espaços citados pelo secretário, como “abandonados” pelo Iphan, são de responsabilidade do Iphan em parceria com a Prefeitura de Manaus. Declarações importantes também foram veiculadas no jornal Diário do Amazonas, em 22 de julho de 2011, através da videorreportagem de João Pedro Figueiredo¹², que falou sobre os interesses dos empresários no Centro Histórico e a participação do Iphan. A videorreportagem segue transcrita abaixo:

D24 – O Projeto de Lei entregue pelo prefeito Amazonino Mendes à Câmara Municipal de Manaus que pretende repassar por 60 anos imóveis do **patrimônio municipal** para empresas privadas fazerem implantação de centros comerciais não foi analisado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A informação foi dada nesta sexta, 22 de julho, pelo superintendente regional do Iphan, Juliano Valente.

Superintendente Juliano – O Iphan, portanto, não fez a leitura do Projeto de Lei. Nós não conhecemos... a Instituição não conhece o Projeto de Lei. Mas nós estamos abertos. Estamos abertos para discussão como sempre. Fazendo aqui eco aos anseios da sociedade. O Iphan representa os interesses da sociedade. Como o Centro Histórico está tombado a União tem interesse nessa área. Porque a União, ela RE-RATIFICOU o tombamento do Centro Histórico. Porque o tombamento do Centro Histórico já foi feito pelo município, a União só fez a RE-RATIFICAÇÃO.

¹²Fonte: http://www.youtube.com/watch?v=Rg9hbZkbBHs_ Acesso em 07.07.2012.

D24 – Toda obra em **prédios de interesses históricos** deve ser analisada pelo Iphan, além de ter de respeitar a legislação de PRESERVAÇÃO de **patrimônios históricos**. Uma vez que o tombamento do Centro Histórico de Manaus foi publicado no Diário Oficial da União em novembro de 2010.

No dia 14 de dezembro de 2011, o jornal G1 AM¹³ divulgou uma matéria importante nesse debate sobre as políticas públicas para o Centro Histórico de Manaus. O título da matéria: “*Governo anuncia RESTAURO de pontos turísticos históricos em Manaus*”; subtítulo 1: “*REFORMA na Praça do Congresso começará no próximo dia 15*”; subtítulo 2: “*Programa ‘Cartão Postal’ trabalhará também no interior do Estado*”. Falou-se na “REABILITAÇÃO de lugares históricos”, processo que começaria com a RECUPERAÇÃO da Praça do Congresso. O projeto de R\$ 11 milhões incluiria a praça e a Avenida Eduardo Ribeiro até o porto. Ações que seriam realizadas nas seguintes etapas:

- 1ª etapa: “A primeira etapa do RESTAURO da Praça do Congresso custará R\$ 2,5 milhões e tem prazo de conclusão de 180 dias¹⁴. De acordo com o secretário estadual de Cultura, Robério Braga, a praça irá RECUPERAR seu traçado original, incluindo o revestimento das calçadas, asfalto e iluminação”.
- 2ª etapa: “REVITALIZAÇÃO das fachadas do entorno da Praça e, em seguida, as fachadas da Avenida Eduardo Ribeiro (trecho entre as ruas Monsenhor Coutinho e 24 de maio)”.
- 3ª etapa: “URBANIZAÇÃO do entorno da Praça do Congresso (pavimentação, calçamento, rede elétrica subterrânea, instalações diversas e equipamentos urbanos)”...
- 4ª etapa: “implantação da via permanente e rede aérea do bonde, trecho entre as ruas 10 de Julho e 24 de Maio”.
- 5ª etapa: “A quinta etapa envolve a fabricação e fornecimento de bonde elétrico de época, que deverá funcionar quando concluída a urbanização até a Rua 24 de Maio”.

¹³ Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas-noticia/2011/12/governo-anuncia-restauro-de-pontos-turisticos-historicos-em-manaus.html> . Acesso em 04.07.2012.

¹⁴ A Praça do Congresso foi reaberta no dia 2 de dezembro de 2012, um ano após o lançamento do programa. Nas próximas páginas segue um relato sobre esse momento de reabertura.

- Etapas seguintes: “As próximas etapas incluem a REVITALIZAÇÃO e URBANIZAÇÃO do perímetro da Rua 24 de Maio à Sete de Setembro e, na sequência, da Avenida Sete de Setembro até o Porto de Manaus, com a ampliação da linha do bonde. “Os turistas vão descer dos navios e embarcar no bonde até o Teatro Amazonas”, explicou o governador”.

É um grande projeto que o Governo inicia nessa área, que tem como base o Projeto *Belle Époque* de revitalização do Largo de São Sebastião. As obras começaram na data anunciada pela matéria, o Governador Omar Aziz declarou que “*Inicialmente, vamos fazer com que a praça do Congresso recupere o formato original do início do século XIX e assim sucessivamente nas outras áreas*”, destacou Aziz. Esta matéria veio ilustrada por uma foto aérea da Praça do Congresso e o seu desenho antes da reforma.

A disputa pelos espaços do Centro Histórico tornou-se mais acirrada a partir de 2012, quando em 26 de janeiro foi anunciado o tombamento do Centro Histórico de Manaus pelo Iphan. A matéria do jornal A Crítica¹⁵, assinada por Elaíse Farias trouxe como título “*Centro Histórico de Manaus é tombado pelo Iphan*” e o subtítulo “*área foi RECONHECIDA como dotada de elevado valor histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico*”. A imagem ilustrativa foi mais uma vez uma visão frontal do conjunto de fachadas em ruínas, localizado na área do Porto. A legenda da foto: “*área do Centro Histórico de Manaus é RECONHECIDA pelo Iphan*”. O discurso reforça a ideia de controle por parte do Iphan da área tombada. Tal afirmação pode ser uma resposta ao programa aprovado no final de 2011, denominado Cartão Postal, que prevê grandes modificações para boa parte do Centro Histórico.

Neste mesmo dia, no G1 AM¹⁶, foi veiculada uma nota com o título “*Iphan tomba área com 2 mil imóveis no Centro Histórico de Manaus*”, subtítulo 1 “*Comissão votou unanimemente pelo tombamento*”, subtítulo 2 “*Agora área é PROTEGIDA por lei*”. Duas imagens acompanham a nota, a primeira é uma foto da fachada de casario restaurado no Largo de São Sebastião e a segunda, uma foto aérea do Centro com destaque para a Igreja e Jardins da Matriz.

¹⁵ Fonte: http://acritica.uol.com.br/amazonia/Amazonia-Amazonas-Manaus-Centro-Historico-Manaus-Iphan-quinta-feira_0_634736574.html . Acesso 08.07.2012.

¹⁶Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/01/iphan-tomba-area-com-2-mil-imoveis-no-centro-historico-de-manaus.html> . Acesso 04.03.2012.

A nota traz a fala da superintendente em exercício do Iphan, Eloísa Araújo que defendeu o tombamento como a “*PRESERVAÇÃO de um período épico da história de Manaus, o ciclo da borracha*”.

Enquanto isso, outros órgãos reclamaram que não recebem nenhum comunicado do Iphan. Como nesta matéria do A Crítica¹⁷, de 27 de janeiro de 2012. A matéria foi assinada por Joelma Muniz e Lúcio Pinheiro, com uma foto do conjunto de fachadas do Porto de Manaus, uma imagem que se repete e que mostra a situação de abandono de vários prédios do Centro. O prefeito Amazonino Mendes estava de volta à cidade e anunciava sua posição contrária ao tombamento. O Secretário de Cultura também afirma que “o tombamento foi precipitado”.

O debate e as acusações sobre o processo de tombamento e obras no Centro Histórico de Manaus a cada dia foram ganhando mais elementos. Os governos federal e estadual discordaram em vários setores. Em matéria sobre o Porto de Manaus, publicada pelo A Crítica¹⁸, em 23 de fevereiro novas disputas foram evidenciadas, dessa vez sobre o projeto de ampliação do Porto que objetiva a Copa de 2014. A matéria foi assinada por Ana Carolina Barbosa e teve como título “*REFORMA do porto de Manaus sem previsão para início*” e subtítulo “*A REFORMA do Porto de Manaus com vistas à Copa de 2014 depende da finalização do projeto pelo Ministério dos Transportes, o que ainda não tem data para ocorrer*”. A matéria trata do atraso nas obras do Porto de Manaus e as especificidades locais que são colocadas como entrave:

“De acordo com ele, das sete REFORMAS e ADEQUAÇÕES que devem ser realizadas em portos, apenas a de Manaus não está sob a responsabilidade da Secretaria de Portos da Presidência da República, e sim do Ministério dos Transportes, por se tratar do único porto fluvial da lista que contém outros seis terminais marítimos.”

O tombamento do Porto e a participação do Iphan são colocados aqui como as razões para o atraso no início das obras. Sabendo que as obras de ampliação do Porto, no Centro Histórico de Manaus, vão beneficiar o turismo, pois deve

¹⁷Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-Amazônia-politica-Governo_do_Amazonas-Prefeitura_de_Manau-Centro_Historico_de_Manau-Iphan-Tombamento_0_635336495.html. Acesso 04.03.2012.

¹⁸Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Reforma-porto-Manaus-previsao-inicio-Amazônia-Amazonas-Manaus_0_651534902.html. Acesso 04.03.2012.

ampliar a capacidade de atracação de três para quatro navios, isso coincide com os interesses do Estado e a implantação do Programa Cartão Postal, que prevê que os turistas sairão dos navios e pegarão o bonde até o Teatro Amazonas.

Uma vídeoreportagem que foi ao ar no dia 26 de junho de 2012 no Band Cidade¹⁹, com duração de 00:04: 44 (quatro minutos e quarenta e quatro segundos) faz uma síntese sobre a situação do Centro Histórico e os conflitos entre as autoridades. Nesta vídeoreportagem importa aqui as falas das autoridades sobre o assunto, como a fala do Secretário de Cultura:

Robério Braga – As obras da Praça do Congresso estão em bom andamento, o entorno da praça já começa a ser executado. Vamos descer esse ano até a 24 de Maio. As licitações já foram concluídas, a empresa já está contratada, já está se preparando para fazer as intervenções. Com isso nós vamos deixando a cidade de Manaus com pólos de áreas urbanas de interesse coletivo REABILITADAS.

Nesta entrevista, o secretário afirma que as obras do projeto chegariam até a Rua 24 de Maio, no entanto, apenas a Praça do Congresso foi reaberta em 2 de dezembro de 2012. Em outro trecho da entrevista, o secretário defendeu a necessidade de acompanhamento profissional especializado nas obras e ofereceu o aparelhamento do Estado para auxiliar em obras nas áreas tombadas:

Robério Braga – O proprietário pode procurar a Secretaria de Cultura pra nós orientarmos. Agora é importante que ele tenha um profissional habilitado para estabelecer um diálogo técnico. Nós fornecemos informações, subsídios, apoio de fotografia, o arquivo de fotografia do Museu da Imagem e do Som do Estado, o Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura, tudo à disposição da sociedade.

Uma matéria do G1 AM²⁰, de 6 de julho, voltou a dar espaço ao Iphan, falando sobre o inventário que foi iniciado em 2011. A matéria trouxe como título “*INVENTÁRIO dos imóveis do centro histórico chega ao fim em agosto*”, subtítulo 1 “*Cerca de 2 mil propriedades em Manaus terão dados catalogados*”, subtítulo 2 “*INVENTÁRIO do Iphan servirá de base para propostas de novas diretrizes*”. A matéria foi assinada por Adneison Severiano e acompanha uma foto da Igreja da Matriz. Nesta matéria, quem responde pelo Iphan é a superintendente substituta Heloísa Araújo. A matéria descreve a metodologia adotada pelo Iphan

¹⁹Fonte: http://www.youtube.com/watch?v=_2yT_HL5CVo . Acesso 27.06.2012.

²⁰Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/07/inventario-dos-imoveis-do-centro-historico-chega-ao-fim-em-agosto.html> . Acesso 06.07.2012.

para tal catalogação, que acontece através de suas fichas cadastrais com “*identificação, localização e características como morfologia e tipologia das edificações.*”.

Outra informação importante é sobre o uso destes dados para os novos passos relacionados ao processo de tombamento do Centro Histórico. A matéria relembra a audiência marcada para 4 de setembro e os motivos da audiência, o “*relevante conflito relacionado à tutela do **patrimônio cultural** assegurada por meio do instituto de tombamento do Centro Histórico de Manaus*” e também os respectivos convocados.

Aqui paramos para anotar algumas questões. O que muda nos processos de tombamento nas instâncias municipal, estadual e federal? Por que Estado e Município se mantêm contrários ao tombamento do Centro Histórico pelo Iphan, se a área tombada pelo Iphan é tombada pelo Estado e Município? Se, como disse o ex-superintendente do Iphan Juliano Valente, é apenas uma “re-ratificação” do tombamento? Quais são os motivos e intenções de cada um desses discursos?

Dos discursos vistos acima, a superintendência do Iphan em Manaus tombou uma área tombada igualmente pelo município, conforme a Lei Orgânica de 1990. Este tombamento reafirma o Iphan como instituição fiscalizadora que preza pela integridade física do bem, sendo assim, defende a manutenção dos prédios antigos e do traçado local datados do período da borracha e se coloca como representante da sociedade, nessa função de preservar por meio da fiscalização, para não alterar. No entanto, mesmo com toda essa importância ressaltada, o ex-superintendente do Iphan, Juliano Valente, admitiu que o tombamento demorou a acontecer, se comparado a outras capitais brasileiras. E, em vários momentos, o ex-superintendente também atacou Estado e Prefeitura, afirmando que estas instâncias do poder público não estavam respondendo ao interesse de diálogo pelo Iphan e, ao contrário, estavam atrasando o processo de tombamento. Segundo ele, Estado e Prefeitura entendem o tombamento como um ‘engessamento’ do Centro Histórico. Mas, Estado e Iphan estão de acordo quanto à importância dessa área para a cidade de Manaus. Outro detalhe vai contra o discurso do Iphan: os projetos inacabados e os atrasos nos processos em decorrência de uma equipe reduzida para dar conta de uma grande área.

O Estado, por sua vez, acusa o Iphan de falta de comunicação e responde ao processo de tombamento com novos projetos de revitalização de espaços públicos,

como o Programa Cartão Postal, que apresenta preocupação com o “formato original” dos espaços, ou seja, com a imagem da cidade que foi construída no final do século XIX e início do século XX. Tal traçado é o que também defende o Iphan. Enquanto isso, a Prefeitura parece estar mais preocupada com a reorganização do Centro para o comércio, com o uso efetivo dos prédios que se encontram desocupados e se tornando ruínas. Tal preocupação parece apontar ainda para a ideia de permanência do modelo Zona Franca, enquanto Estado e Iphan parecem buscar um novo modelo voltado para o turismo urbano. Tais inquietações voltarão a ser discutidas no quinto capítulo.

2.2.2

As complicações da cheia histórica

A cheia histórica de 2012 que deixou 52 municípios do Amazonas em estado de emergência, centenas de famílias desabrigadas, prejuízos de toda ordem, afetou também o Centro Histórico de Manaus (um dos bairros abraçado pelo rio), interditando ruas, terminal de ônibus e alterando todo o trânsito de pedestres e veículos no local. A área em que fica o Terminal de ônibus da Matriz corresponde a uma área de aterro realizado durante o período de transformações da *Belle Époque*, no final do século XIX e início do século XX. É um tema interessante para discutir, porque deixou em evidência as especificidades geográficas do Centro Histórico, recortado por igarapés (muitos dos quais foram aterrados) e rodeado em grande parte pelo rio Negro. A subida das águas é um fator que precisa ser levado em consideração pelos projetos direcionados a essa área, uma vez que a cheia acontece todos os anos, com maior ou menor proporção.

Em matéria do G1 AM publicado em 2 de junho de 2012²¹, assinado por Carlos Eduardo Matos, falou-se sobre as alterações no trânsito por causa da chuva. Título “*Trânsito no Centro de Manaus é alterado devido à cheia do Rio Negro*”, subtítulo 1 “*Operação iniciou neste sábado (2) e envolve 60 agentes de trânsito*”, subtítulo 2 “*Terminal de ônibus da Matriz foi TRANSFERIDO para a lateral da Catedral*”.

²¹ Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/06/transito-no-centro-de-manaus-e-alterado-devido-cheia-do-rio-negro.html>. Acesso 02.06.2012.

No dia 4 de junho, o G1 AM²² também publicou outra matéria sobre a mudança no trânsito. Com o título “*Mudança no trânsito por causa da cheia no AM reduz vagas para carros*”, subtítulo 1 “*Segundo Manaustrans, pelo menos 100 vagas foram restringidas*”, subtítulo 2 “*Nesta segunda, parte da Floriano Peixoto está em mão dupla*”.

No dia 18 de junho, o G1 AM²³ publicou mais uma matéria “*Centro de Manaus volta, aos poucos, à normalidade com a vazante dos rios*”, subtítulo 1 “*Comércio na área está sendo restabelecido*”, subtítulo 2 “*Vias do Terminal da Matriz têm buracos provocados pela cheia*”.

O jornal A Crítica²⁴ publicou também no dia 20 de junho a matéria “*RECUPERAÇÃO de ruas de Manaus atingidas pela enchente do rio Negro começa em 30 dias*”, subtítulo “*Secretaria Municipal de Infraestrutura diz que só em um mês terá a avaliação das condições das vias que foram alagadas*”. A matéria está assinada por Carolina Silva e apresenta uma foto do trecho do Terminal próximo ao prédio da Alfândega, ainda com as pontes e parte delas alagadas.

O período da cheia, se por um lado, afastou as pessoas do Centro de compras, por outro atraiu curiosos e turistas que diariamente estavam circulando sobre as pontes, fotografando as ruas alagadas como ainda não se tinha visto desde 1953. Depois que as águas começaram a baixar, as pessoas continuavam fotografando as ruas sendo limpas e as pontes, registrando o quanto as águas haviam subido.

Em 2012, assim como aconteceu em 1953, a área próxima à Matriz, no Centro de Manaus, e o começo da Avenida Eduardo Ribeiro ficaram tomadas pelas águas do Rio Negro. A paisagem mudou com a construção das pontes para dar acesso aos pedestres. Pontes de madeira e acostamentos com sacos de areia foram usados para evitar maiores prejuízos às lojas (ver Figura 5). Essa permanência das águas no Centro de Manaus lembra a ideia que não se

²² Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/06/mudancas-no-transito-por-causa-da-cheia-no-am-reduz-vagas-para-carros.html> . Acesso 04.06.2012.

²³ Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/06/centro-de-manaus-volta-normalidade-comvazante-dos-rios.html> . Acesso 18.06.2012.

²⁴Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-AmazoniaRecuperacao-Manausatingidas-enchente-Negro_0_722327769.html . Acesso 20.06.2012.

concretizou, de que Manaus pudesse ser uma **Veneza Tropical**, já que esse fenômeno da cheia é anual.



Figura 5: Centro alagado – cheia de 2012.

Fonte: A autora.

2.2.3

A desativação do terminal da Matriz

Enquanto 52 municípios do Estado acumulavam os prejuízos com a cheia, o Centro Histórico de Manaus e outras áreas urbanas também sofriam. Uma das grandes complicações foi o alagamento das ruas do Terminal da Matriz, que impossibilitou a passagem de veículos pequenos e depois de ônibus. Por conta da cheia, o Terminal foi temporariamente fechado, mas assim que as águas baixaram e algumas ruas começaram a ser liberadas, o Terminal continuou fechado e veio a notícia de que seria extinto.

No dia 20 de junho de 2012, no G1 AM²⁵, foi publicada a seguinte matéria “*Terminal no Centro de Manaus será extinto após prejuízos da cheia*”, subtítulo 1 “*Terminal de ônibus no Centro está com fissuras e afundamentos na pista*”, subtítulo 2 “*Segundo diretor do Implurb, feira de artesanato será construída no local*”. A matéria foi assinada por Carlos Eduardo Matos e acompanhava quatro fotos. Em duas delas aparece o diretor do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), Manoel Ribeiro; as outras duas fotos mostram trechos esburacados das ruas do Terminal. Esta matéria privilegiou o discurso do Implurb, como uma apresentação do projeto e seus benefícios para a cidade. Não trouxe nenhuma voz contestatória. No dia seguinte à publicação desta matéria, todos os jornais deram continuidade aos informes. A maioria deles apenas repassando a decisão do Implurb.

O Portal Amazônia²⁶, de 21 de junho publicou a seguinte matéria “*Prefeitura dá início às INTERVENÇÕES no Terminal da Matriz de Manaus*”, subtítulo “*O Terminal da Matriz será desativado. Técnicos do Implurb constataram fissuras e pequenos afundamentos no piso da via*”. O texto acompanha duas fotos, uma em que aparecem agentes de trânsito e outra um trabalhador na retirada de telhas do terminal.

No mesmo dia, 21 de junho, o G1 AM²⁷ publicou a matéria “*Terminal do Centro de Manaus começa a ser desmontado*”, subtítulo 1 “*Terminal de ônibus no Centro está com fissuras e afundamentos na pista*”, subtítulo 2 “*Segundo diretor do Implurb, feira de artesanato será construída no local*”. A matéria segue com foto da retirada de telhas e dos buracos nas vias do Terminal e mudanças pensadas para o espaço. Em um trecho da matéria, fala-se nos projetos para o local:

“No lugar das paradas de ônibus da Matriz, será construída uma feira de artesanatos onde irão trabalhar os artesãos que se aglomeram na Praça Teodoro Souto, ao lado do Hotel Amazonas. A mudança foi anunciada nesta quarta-feira (20), pelo diretor do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb), Manoel Ribeiro.”

²⁵Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/212/06/terminal-no-centro-de-manaus-sera-extinto-apos-prejuizos-da-cheia.html>. Acesso 20.06.2012.

²⁶Fonte: <http://www.portalamazonia.com.br/editoria/atualidades/prefeitura-da-inicio-as-intervencoes-no-terminal-da-matriz-de-manaus/>. Acesso 21.06.2012.

²⁷Fonte: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/06/terminal-do-centro-de-manaus-comeca-ser-desmontado.html> . Acesso 21.06.2012.

Ainda no dia 21 de junho, o jornal A Crítica²⁸ publicou uma matéria mais extensa e com a voz de vários interessados neste debate pelo espaço. Com o título “*Decisão de fechar o terminal da Matriz no Centro de Manaus trará novas polêmicas*”, subtítulo “*Trabalhadores e Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que administra a Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia), onde atualmente funciona o terminal improvisado, reclamam que não houve diálogo antes da decisão anunciada*”. A matéria é assinada por Carolina Silva e vem com uma foto da situação da Praça da Polícia como terminal de ônibus e fala sobre os conflitos da decisão da Prefeitura. Traz ainda declarações de algumas autoridades:

Robério Braga – Secretário de Cultura – “Não fui consultado e nem concordo. Me disseram que não ia ter paradas na Praça Heliodoro Balbi, mas, se o terminal continuar lá, eu vou propor ao governador Omar Aziz que devolva a administração dela à prefeitura. Nós fazemos ali algo que é próprio da prefeitura, colocamos segurança, limpeza, ativação cultural. A MANUTENÇÃO daquela fonte. Enfim, com essa situação permanecendo não teremos como garantir o bom funcionamento. É melhor entregar. Só não entrego se o governador Omar Aziz não quiser. Agora porque não fazem o que está na Lei Orgânica? Porque não buscam-se soluções múltiplas para o problema da circulação de ônibus no Centro? É preciso soluções diversificadas, não pode o sistema ser único para uma cidade que é múltipla. Não vai dar certo”.

Manoel Ribeiro – presidente do Implurb – “É uma medida de SALVAÇÃO do Centro”.

Walter Cruz – presidente do Manaustrans – “Isso vai melhorar a circulação de carros (na região)”.

Raimundo Sena – presidente do Sindicato dos Camelôs – “Nós estamos dando um grande passo.”.

Marileide Araújo – Presidente da Associação dos Artesãos – “Não se deve tomar uma iniciativa dessas antes de ter um diálogo com os artesãos sobre a viabilidade de transferi-los para outro local. Aqui já é uma referência para os turistas que vêm a Manaus. A gente se preocupa em manter esse espaço da feira limpo, para mantê-la atrativa. Vamos procurar a Fundação Municipal de Cultura e Artes (Manauscult) para entrar num acordo nessa decisão da prefeitura. A gente não vai querer ir pra lá (terminal da Matriz). Mas, se a praça fosse entrar em REFORMA, como é prometido há muito tempo, seria outra história. Em 2010, (o prefeito) garantiu que daqui nós não sairíamos, somente se houvesse um projeto de REVITALIZAÇÃO da Praça Tenreiro Aranha. E pelo visto ele não está cumprindo (a promessa). E a prefeitura tem um compromisso em manter os camelôs e os artesãos num espaço adequado. Então, não é simplesmente pegar os camelôs e deixar eles aqui amontoados e jogar a gente para o outro lado. Começou errado isso”.

²⁸Fonte: http://acritica.uol.com.br/manaus/Manaus-Amazonas-Amazônia-Decisão-Matriz-Centro-Manaus-polemicas_0_722927701.html . Acesso 21.06.2012.

As várias vozes mostram uma “cidade múltipla”, como afirmou o Secretário de Cultura. Alguns seguem confiantes nos projetos da Prefeitura, outros são mais descrentes e com razão, porque até novembro de 2013, nenhum dos projetos anunciados neste caso, foi realizado. E o Terminal da Matriz voltou a funcionar um mês após ser fechado.

Na fala do secretário de cultura, Robério Braga, percebe-se a denúncia quanto ao papel que a Prefeitura não está cumprindo nos espaços públicos da cidade, o provimento de segurança e limpeza, além de atividades culturais.

A cheia de 2012 serviu como oportunidade para o reinício da discussão do projeto de revitalização do Centro Histórico de Manaus, pensado para a Copa de 2014, pela Prefeitura. O Terminal da Matriz foi desativado mesmo não sendo anunciado ainda um plano de ordenamento para a circulação de veículos na área. Estes jornais aqui listados não tratam do desconforto da população com essas mudanças. A quantidade de ônibus que tiveram suas paradas ao lado da Igreja da Matriz causou transtornos e perigos para os usuários do transporte público.

2.3 “Manaos-Manaus: uma questão de sentido”

Foram apresentados aqui alguns dos discursos que foram veiculados pela mídia no primeiro semestre de 2012, em Manaus, sobre os conflitos relacionados ao uso do espaço no Centro Histórico de Manaus. Discursos encadeados pelo tombamento do Centro Histórico pelo Iphan, onde Prefeitura e Estado se mostram contrários a essa ação. Este ponto será mais explicitado no quinto capítulo, com a análise do dossiê de tombamento do Iphan para se verificar qual a intenção do Iphan e o que esta instituição denomina como patrimônio em Manaus. Além deste ponto, foram apresentadas também as modificações pelas quais passou o Centro Histórico, em decorrência da cheia, um fenômeno que acontece todos os anos, mas que alcançou proporções maiores neste primeiro semestre de 2012.

Tais discursos parecem caminhar para a intenção de efetivar um sistema de turismo urbano e, para isso, a definição de “polos de áreas urbanas reabilitadas” segundo palavras do Secretário de Cultura, Robério Braga. As discussões sobre o uso do espaço público nessa área tombada da cidade ainda estão em pleno

andamento em Manaus. O estudo deste primeiro semestre foi importante para refletir sobre alguns pontos específicos destes discursos, quais sejam:

- 1) Estado e Iphan: valorizam o traçado da cidade do período da borracha, como pode ser visto na proposta do Projeto Cartão Postal e do tombamento do Iphan;
- 2) Prefeitura e Iphan: concordam quanto à aquisição de recursos que o tombamento do Centro Histórico favorece; também concordam quanto à área tombada, uma vez que o Iphan “re-ratificou” uma área já tombada pela Lei Orgânica do Município em 1990;
- 3) A Prefeitura valoriza o Centro comercial, tomando como base a intenção de disponibilizar os imóveis ao comércio; a construção de um centro de artesanato onde funciona o terminal de integração de ônibus da matriz e o projeto de construção de um camelódromo;
- 4) Estado e Iphan valorizam o Centro Histórico, sendo que o Estado busca produzir nos espaços do Centro “polos de áreas urbanizadas reabilitadas” com finalidade turística. Por uma necessidade de efetivar um sistema de turismo urbano, ainda em construção em Manaus;

Como e em que medida se dá essa valorização e as especificidades destes discursos, bem como os conflitos e a busca por uma gestão da cultura, como aspecto de um terceiro momento econômico, será tema ainda do quinto capítulo deste trabalho.

Buscou-se neste segundo capítulo tratar, de forma panorâmica, da construção material e simbólica do espaço em Manaus, especialmente do espaço que constitui o Centro Histórico da cidade, através dos discursos dos pesquisadores e artistas da cidade e também dos gestores. Um olhar de dentro, uma percepção interna das especificidades locais, partindo da ideia de Aldísio Filgueiras, que Manaus é plural, que são muitas cidades. “Nada em ti é antigo” e “Nada em ti é eterno”, que intitulam as subdivisões deste capítulo, são também trechos de poemas de Filgueiras, bem como o trecho que intitula esta parte final, “Manaos-Manaus: uma questão de sentido”.

Em “Nada em ti é antigo”, apresentou-se o contexto historiográfico da cidade e sua busca por sempre querer se mostrar moderna, internacional, seja

pelas mudanças culturais advindas do período da *belle époque*, da implantação da Zona Franca ou deste último momento de tombamento do Centro Histórico como um dos projetos de preparação da cidade para sediar a Copa de 2014. Há aí um discurso que indica a necessidade da cidade de se lançar para fora. Por outro lado, há os discursos que identificam as consequências internas dessa necessidade. Pois não há homogeneidade se não apenas aparente, como já defendeu Oliveira (2003) e Márcia Honda (2004), ao se referirem às políticas públicas que buscam um Centro Histórico homogêneo e representativo de uma identidade urbana e cultural da cidade.

Na apresentação do livro *A Ilusão do Fausto*, de Edinea Mascarenhas (2007), Milton Hatoum traz um texto intitulado “Manaus: o impasse da modernidade”, em que apresenta a obra e exalta a importância da reflexão sobre a outra cidade que não aparece quando se descreve a beleza do período da *Belle Époque*, ao mesmo tempo em que traça um paralelo com o período da Zona Franca, indicando que estaríamos vivendo outro momento de ilusão. Esse ‘eterno retorno’ que o movimento do patrimônio faz em Manaus, buscando sempre as construções do período da borracha, é a busca de um ‘passado fundante’. Este passado que se busca, ao revitalizar os espaços do Centro Histórico de Manaus, não é um passado ‘puro’, pois não se pode revivê-lo, mas sim um passado permeado de vários tempos passados e de vários discursos, por isso complexo. É ilusório, do ponto de vista prático, no entanto é restaurador, do ponto de vista simbólico.

Hatoum fala de uma modernidade-ilusão que se instalou no período da borracha e depois no período da zona franca, com características semelhantes de construção da cidade a partir de uma ideia de progresso que segregou parte da população. É possível supor que Manaus esteja passando por mais um período de modernidade, desta vez uma modernidade vestida de cultura, vestida do progresso cultural, voltado para o urbano e que precisa de espaços públicos apropriados para se fazer notar internacionalmente, com a oportunidade da Copa.

As categorias vistas nas periodizações sugeridas sejam elas a revitalização, a proteção, a crise e a refundação, são discursos que indicam a intenção do poder público por meio dos projetos de modificação do espaço público. No meio deles, outros discursos aparecem, contrapondo-se aos discursos oficiais. Nesse sentido, o linguista Sérgio Freire (2009), partindo da análise do discurso, defende que “os

discursos funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um povo” e no caso de Manaus, para ele existem dois discursos fundadores: a **Manaus Cosmopolita**, da *Belle Époque*, da Zona Franca e da Copa de 2014, como momentos da cidade internacional, lançada para fora; e o discurso da **Manaus Cabocla**, mais voltado para as metáforas do “Inferno Verde, do Pulmão do Mundo, do Ambientalismo”. Ampliando esta divisão ele sugere a necessidade de um discurso intermediário que contemple elementos dos dois discursos fundantes, uma vez que “O desejo de ser Liverpool constitui também a identidade do Porto de Lenha”.

Em “Nada em ti é eterno”, viu-se a fragilidade de projetos pensados para o Centro Histórico da cidade e alguns conflitos que protagonizam as instâncias municipal, estadual e federal, no que diz respeito às disputas pelo uso do espaço público neste trecho da cidade. Uma situação bem característica desta especificidade local foi o fechamento definitivo do terminal de ônibus da Matriz que durou apenas um mês, voltando a funcionar em seguida, por falta de projetos consistentes para a mobilidade no Centro. Estes conflitos também remetem ao estado de provisório, inacabado, que Oliveira (2000) confere como características das cidades da Amazônia, especialmente olhadas a partir do porto, sua porta de entrada. É também o que defende Márcio Souza (2003:28), sobre os projetos em Manaus, que não têm continuidade e são feitos “às pressas e pela metade”. Este ponto foi importante para situar, no primeiro momento, a zona de conflito onde operam os discursos analisados neste trabalho.

Dessa forma, este capítulo ofereceu um passeio panorâmico pela cidade de Manaus, visualizando a construção do espaço e as disputas pelo Centro Histórico da cidade. Um passeio conduzido pelas palavras de quem conhece a cidade de dentro, suas particularidades como dimensões do vivido. O que pode ser uma experiência sinestésica, o sentir a cidade, respirá-la, ouvi-la, degustá-la, tocá-la e ser tocado por ela, como é possível perceber nos relatos de Filgueiras (1994), Hatoum (2006) e Oliveira (2003). E também o sentir-se na cidade, como uma necessidade de pertencimento e o caráter provisório na construção do espaço em Manaus, como marcas que legitimam as transformações realizadas. Esse seria o sentido da Manaus plural. No capítulo seguinte, o convite a um passeio pelos espaços revitalizados no período de 2004 a 2012, para buscar compreender como

se opera esse conceito de revitalização no espaço público de forma efetiva. Manaus vista de dentro segue nas próximas páginas.